

***Instituto Politécnico de Setúbal***



***Escola Superior de Ciências Empresariais***

# **A Influência da RSE na escolha do banco**

Ana Lúcia Pereira Amaral

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de

**MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS**

Orientador: Professor Doutor Francisco Carreira

Setúbal, junho de 2012

*(Esta página foi propositadamente deixada em branco)*

*Dedicatória*

*Dedico esta tese à minha filha Marta, por ter tido a generosidade de prescindir tantas vezes do “nosso tempo”, deixando-me assim espaço para realizar este meu projeto.*

---

*O verdadeiro amor começa lá onde não se espera mais nada em troca.*

*Saint-Exupéry, in “O Príncipezinho”*

## Agradecimentos

Em particular, ao meu orientador, Professor Francisco Carreira, pela disponibilidade que dedicou à orientação académica deste trabalho, pela confiança e incentivo que sempre me transmitiu, o meu agradecimento e gratidão.

Às minhas colegas de Mestrado, Mónica Graça e Anabela Silva, pelo companheirismo e amizade que foram sem dúvida fundamentais para conseguir atingir os objetivos a que me propus.

À minha amiga Cristina Palma que, com a sua energia positiva, nunca deixou que o meu entusiasmo desvanecesse, estando sempre disponível para ajudar e trocar ideias.

Agradeço ao Mário Pereira, todas as horas dedicadas à revisão de textos e a todas as conversas de incentivo e motivação que tanta segurança e confiança me conferiram.

O meu agradecimento a todas as Instituições que se disponibilizaram para responder ao questionário. Sem as suas respostas a realização deste trabalho não seria possível.

Um agradecimento especial aos meus pais e filha, que estão sempre presentes para me ajudar a continuar, agora e sempre.

## Resumo

O objetivo das empresas tem de passar também pelas práticas sociais que levam a cabo e das políticas de responsabilidade social que defendem e praticam de forma sustentável. As empresas não podem criar riqueza e não cuidar expressamente das outras dimensões das sociedades em que, direta ou indiretamente interferem e condicionam, através dos seus efeitos sociais, ambientais e culturais.

A importância crescente da responsabilidade social empresarial (RSE) baseia-se na ideia de que as empresas devem responder não só aos interesses dos seus acionistas, mas também aos de todos os seus *stakeholders*.

Os bancos portugueses não são imunes a esta tendência. A tomada de consciência dos bancos sobre a sua responsabilidade em apoiar e contribuir para o bem-estar da comunidade onde estão inseridos, é registada pela crescente preocupação em adotar políticas de RSE não só internamente, como externamente. A divulgação dessas políticas faz-se sobretudo nos Relatórios e Contas, nos Relatórios de Sustentabilidade e nos seus Websites.

Resta saber se as instituições que eles apoiam, valorizam todas estas práticas sociais e se na altura de optarem por um parceiro de negócios, o fazem devido às suas políticas de RSE.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Social Empresarial, Políticas de Responsabilidade Social dos Bancos, Relato e Instituições Sociais.

**JEL:** M14, G30

## ***Abstract***

*Companies have been gradually revealing their concern about setting social responsibility policies that they stand for and apply in a sustainable manner. It is impossible for companies to create wealth by clearly and willingly neglecting all the other social dimensions which they influence and interfere in a direct or indirect way and which permit that they sustain themselves through their social, environmental and cultural effects.*

*The growing importance of companies' social responsibility has been based on the idea that companies should focus not only on their stockholders' interests but on all their stakeholders as well. Portuguese banks are not immune to this tendency.*

*Banks' progressive awareness about their responsibility on supporting and contributing to the wellbeing of the community in which they play an important role is perceived by the equal growing concern on adopting social responsibility policies both internally and externally.*

*The present investigation develops a study on the companies' social responsibility policies taken place by the banks regarding their priorities and continuous support and also identifies the ways through how these measures are felt and valued by institutions that are subjected to these kinds of support.*

***Keywords:*** *Corporate Social Responsibility, Bank's Social Responsibility Policies, Reporting, Social Institutions.*

**JEL:** M14, G30

## Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice Geral.....	vi
Índice de Quadros e Figuras.....	viii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos .....	ix
Introdução.....	1
Parte A – Revisão de Literatura .....	3
1. Origem, evolução e conceito da responsabilidade social .....	3
1.1 Responsabilidade social das empresas nos séculos XVIII e XIX .....	3
1.2. Responsabilidade social das Empresas no século XX .....	4
1.3. Fundamentos teóricos da RSE .....	8
1.3.1. Abordagem normativa .....	8
1.3.2. Abordagem contratual .....	9
1.3.3. A abordagem estratégica .....	10
2. A importância da divulgação da Responsabilidade Social das Empresas .....	10
2.1 Enquadramento teórico .....	11
2.1.1 Teorias Económicas .....	11
2.1.2 Teorias sociais e políticas.....	12
2.2. Tipo de Informação social divulgada.....	15
2.3. A RSE e as organizações internacionais.....	17
2.4. A divulgação da RSE em Portugal .....	18
2.5. Divulgação da RSE dos bancos portugueses .....	19
2.5.1. Caracterização do setor bancário português .....	19
2.5.2. Tipo de informação social divulgada .....	20
Parte B – Estudo Empírico .....	22
3. Descrição do processo de investigação .....	22
3.1 Objetivo da investigação .....	22
3.2 Fundamentação teórica .....	23
4. Metodologia de análise .....	24
4.1. Definição de amostra.....	25

4.1.1 Bancos .....	25
4.1.2. Instituições apoiadas .....	29
4.2. Caraterização da Amostra.....	31
4.2.1. Bancos.....	31
4.2.2. Instituições apoiadas.....	35
4.3. Recolha de dados .....	40
4.3.1. Bancos.....	40
4.3.2. Aplicação do Questionário .....	41
4.4. Limitações da metodologia usada.....	43
5. Resultado e discussão dos dados obtidos .....	43
Conclusão.....	51
Bibliografia.....	53
Anexos.....	58



## Índice de Quadros

Quadro 1: Contributo para o desenvolvimento da RSE.....	5
Quadro 2: Evolução do conceito de RSE do Século XX.....	7
Quadro 3: Etapas da elaboração de um questionário.....	24
Quadro 4: Instituições supervisionadas pelo Banco de Portugal.....	26
Quadro 5: Capital Subscrito e Realizado por banco (tabela resumida).....	29
Quadro 6: Taxa de resposta do Questionário.....	42

## Índice de Figuras

Figura 1: Princípios fundamentais assumidos pelas Organizações integrantes do GC.....	18
Figura 2: Objetivos gerais e específicos do estudo.....	23
Figura 3: Número de projetos por área – Millennium bcp.....	43
Figura 4: Número de projetos por áreas – CGD.....	44
Figura 5: Número de projetos por área – BES.....	45
Figura 6: Número de projetos por área – BPI.....	46
Figura 7: <i>Outputs</i> da questão 1 do questionário.....	47
Figura 8: <i>Outputs</i> da questão 2 do questionário.....	47
Figura 9: <i>Outputs</i> da questão 3 do questionário.....	48
Figura 10: <i>Outputs</i> da questão 4 do questionário.....	48
Figura 11: <i>Outputs</i> da questão 5 do questionário.....	49
Figura 12: Distribuição dos critérios de escolha, na escala máxima de valorização.....	50
Figura 13: Distribuição da valorização do critério “Políticas de RSE do banco”.....	50

## **Lista de abreviaturas e acrónimos**

APO	Associação Portuguesa de Osteoporose
APPDA	Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo
BBI	Banco Borges & Irmão
BCP	Banco Comercial Português
BES	Banco Espírito Santo
BFB	Banco Fonsecas & Burnay
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BP	Banco de Portugal
BPI	Banco Português de Investimento
CGD	Caixa Geral de Depósitos
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GC	Global Compact
GRI	Global Reporting Initiative
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGD	Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
RS	Responsabilidade Social
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SPI	Sociedade Portuguesa de Investimentos
SPM	Sociedade Portuguesa de Matemática
UNICEF	United Nations Children's Fund

## Introdução

A responsabilidade social empresarial (RSE) é um tema que, não sendo recente, tem vindo a ganhar cada vez mais importância, junto das Organizações e também dos seus *stakeholders*<sup>1</sup>.

Cada vez mais as estratégias de RSE pretendem contribuir para o desenvolvimento social, sobretudo através da criação de melhores condições de trabalho, da preservação do meio ambiente, de práticas de excelência na fabricação de produtos e na prestação de serviços, e da implementação de projetos que visem o desenvolvimento sustentável das comunidades onde se inserem. Em suma, as estratégias de RSE espelham um desejo que as empresas têm de garantir a transparência e a ética nos seus negócios.

De acordo com Jorge, F *et al* (2009, pág.32, citado por Palma, 2010), “o ensino da ética empresarial tem tido na última década uma atenção acrescida por parte das escolas de ciências económicas e empresariais”.

Julga-se que é determinante a ideia de que o papel e o valor de uma organização não passam apenas e só pelo lucro como remuneração do capital investido. Entende-se que as Organizações deverão assumir um compromisso não só económico mas também social na Comunidade em que estão inseridas. O facto de adotarem uma política de boas práticas sociais contribui quer para o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridas, quer para o aumento do próprio valor da empresa.

A tomada de consciência de que as empresas, a nível global, estão cada vez mais sensíveis a todos estes aspetos coincidiu com as notícias trazidas a lume sobre as práticas menos éticas que algumas assumiram na sua forma de fazer negócio e que inevitavelmente levaram ao seu colapso.

Todos estes fatores foram determinantes na decisão de fazer um trabalho que pudesse contribuir para o estudo desta temática.

A banca é um dos setores com mais peso na economia portuguesa e, também, dos que mais informação social divulga. Sendo assim, a sua escolha para objeto de estudo foi pacífica e, praticamente, imediata.

---

<sup>1</sup> Grupo ou indivíduos que são beneficiados ou prejudicados pelas ações da empresa: (Freeman, 1998)

## A influência da RSE na escolha do banco

---

Tendo como ponto de partida a informação dos Relatórios e Contas e dos Relatórios de Sustentabilidade produzidos pelos bancos, este estudo tem como objetivo conseguir demonstrar:

- As políticas de responsabilidade social adotadas pelos bancos no triénio 2008/2010;
- Quais são as Instituições apoiadas pelos bancos;
- De que forma as políticas de RSE são reconhecidas e valorizadas por essas Instituições.

Depois de listar todos os projetos apoiados pelos bancos selecionados e de identificar quais as Instituições que de uma forma consistente foram apoiadas durante o triénio analisado, foi aplicado um questionário. Pretendeu-se desta forma aferir o impacto que as políticas de RSE têm nessas Instituições.

O estudo que se pretende desenvolver poderá interessar a todos os que estudam as questões de responsabilidade social, bem como aos bancos e seus *stakeholders*.

O trabalho está dividido em duas partes distintas. Uma primeira, de natureza teórica com o objetivo de fazer o enquadramento do tema e denominada revisão de literatura. A segunda parte, de natureza empírica, para explicar a metodologia aplicada no trabalho de investigação, os seus resultados e conclusões.

A revisão de literatura é composta por dois capítulos. O primeiro trata do enquadramento geral do tema da responsabilidade social, a sua origem, evolução e conceito. O segundo capítulo aborda a questão da divulgação da RSE e das práticas de relato a nível nacional, mais concretamente a divulgação realizada pelos bancos portugueses.

A segunda parte do trabalho - estudo empírico - é composta por três capítulos. O primeiro sobre a descrição do processo de investigação, onde se definem os objetivos e a fundamentação teórica da investigação; o segundo capítulo onde se abordam as questões da metodologia do trabalho, a definição das amostras, a recolha de dados e algumas limitações desta metodologia; e por fim o terceiro capítulo, sobre os resultados e discussão dos dados obtidos.

Concluiu-se que as políticas de RSE dos bancos estão presentes na decisão de escolha das instituições por eles apoiadas e que são fator importante na opção de mudança ou não, de banco.

## Parte A – REVISÃO DE LITERATURA

Esta parte enquadra o tema da RSE, citando os autores, cujos estudos são considerados relevantes para o esclarecimento dos conceitos e evolução de toda a temática referida ao longo da pesquisa.

A revisão de literatura está dividida em dois capítulos, focando a origem e evolução, bem como o conceito atual de RSE. Aborda alguns aspetos da divulgação das políticas de RSE, fazendo o enfoque no relato em Portugal e, mais concretamente, nos bancos portugueses.

### 1. Origem, evolução e conceito da responsabilidade social

O debate acerca da temática de RSE era quase inexistente há trinta anos atrás. Atualmente é incontornável quer nos meios empresariais, quer nos organismos internacionais. O que anteriormente era do domínio académico passou a ser tema da sociedade civil.

O interesse por este tema acentuou-se devido à evolução do sistema económico, bem como às mudanças das sociedades industriais no último século. Os excessos do capitalismo e o grande poderio económico que algumas multinacionais passaram a ter, suscitaram questões acerca das boas práticas de gestão e ética nos negócios por elas praticadas (Andrioff e McIntosh, 2001; Carroll e Buchholtz, 2000; Korten, 1995).

Os conceitos de RSE, apenas começaram a ser estudados e discutidos, enquanto tal a partir do Século XX. Anteriormente há registos de comportamentos que hoje em dia são identificados como sendo de RSE, mas que na altura não eram relatados como tal.

#### 1.1. Responsabilidade social das Empresas nos séculos XVIII e XIX

Existem ao longo da história alguns bons exemplos do que viria a ser mais tarde a Responsabilidade Social Empresarial. Em 1747, George Fox, membro da comunidade protestante *The Quakers*, iniciou uma cruzada contra a indústria de guerra e a escravatura. Esta comunidade defendia igualmente nos seus negócios valores como a integridade, o respeito dos contratos e a segurança e higiene no trabalho.

Mais tarde, no ano de 1844, em Inglaterra, foi criada uma sociedade cooperativa de tecelões que tinham como objetivos:

- Fundar um armazém para venda de provisões alimentares e vestuário;
- Construir e comprar casas higiénicas e cómodas para os sócios;
- Fabricar produtos para dar trabalho aos sócios desempregados, ou que viesse a sofrer redução de salário;
- Destinar uma parte dos lucros futuros à criação de estabelecimentos comuns, para a instrução e desenvolvimento moral dos sócios;
- Comprar ou arrendar terrenos que seriam a princípio cultivados pelos sócios sem trabalho e depois divididos pelos sócios em propriedade individuais;
- Organizar a produção, a distribuição do trabalho, a educação e o governo, ou por outras palavras, fundar uma colónia interior, unida por interesses comuns.

Estes exemplos enquadram-se no que mais tarde veio a ser qualificado como práticas de RSE.

### **1.2. Responsabilidade social das Empresas no século XX**

Henry Ford, empresário da industrial automóvel, defendia em 1920 que os seus funcionários tinham de ter possibilidade financeira para comprar um carro (se todos comprassem um carro, saído das suas fábricas, o valor da empresa crescia) e que as empresas deviam participar no bem-estar coletivo.

Uma das primeiras referências encontradas sobre o tema de responsabilidade social data de 1953 e é de autoria de Brown. Este autor defende RS como sendo “obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores da nossa sociedade”.

Embora existam registos de situações onde de facto se apresentam preocupações sociais, de uma maneira geral, antes de 1960 esperava-se das empresas apenas o lucro e o pagamento de impostos e de bons salários. Nas décadas de 60/70, a sociedade começa a exigir das empresas um pouco mais do que apenas preocupações económicas e fiscais.

A responsabilidade social tem sido associada a grupos ou empresas de grande dimensão, já que possuem recursos que lhes permitem implementar de forma mais consistente e sustentada, práticas de responsabilidade social. Estes recursos são também utilizados para a própria divulgação das ações levadas a cabo nestes domínios.

## A influência da RSE na escolha do banco

A produção de relatórios de sustentabilidade, o recurso aos *media* para a divulgação das boas práticas e das ações desencadeadas, só são de facto possíveis pelos grandes grupos e pelas empresas de grande dimensão de tipo multinacional e cotadas em bolsa. (Santos, *et al.*, 2006).

O Quadro 1 evidencia alguns dos principais contributos para o desenvolvimento da responsabilidade social das empresas.

Quadro 1 – Contributos para o desenvolvimento da RSE

<u>Data</u>	<u>Algumas iniciativas para o desenvolvimento da responsabilidade social</u>
<u>1920</u>	Henry Ford desenvolveu a ideia de que as empresas deveriam participar no bem-estar coletivo.
<u>1929</u>	Constituição de Weimar (Alemanha) desenvolve o conceito de “função social da propriedade”.
<u>1953</u>	Publicação da obra de Howard Bowen: “ <i>Social Responsibilities of the Businessman</i> ”, que foi tida como uma referência nesta matéria, nessa época.
<u>Anos 60</u>	Estados Unidos da América (EUA): movimento pela responsabilidade social das empresas.
<u>1960</u>	Nos EUA e na Europa, a sociedade exigiu uma nova postura ética por parte das empresas, pois queriam que estas passassem a divulgar anualmente relatórios com informações de carácter social. Isto ocorreu devido ao boicote, por parte dos consumidores, aos produtos e serviços de empresas ligadas à guerra do Vietname.
<u>1965</u>	Declaração de Deli.
<u>1968</u>	Em França, e noutros países verificaram-se fenómenos sociais, como a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, entre raças, a contestação e luta por novos valores e atitudes, estes factos originaram novas práticas no relacionamento entre as empresas, a sociedade e meio ambiente. Foi assim, que as empresas passaram a divulgar informações sobre as suas práticas ambientais e sociais.
<u>1972</u>	Na Conferência de Estocolmo realizou-se a primeira reflexão conjunta dos diferentes Estados sobre a relação entre a proteção do ambiente e o desenvolvimento humano.
<u>1972</u>	Em França, Singer realiza o que se identifica como primeiro Balanço Social de uma empresa.
<u>1972</u>	O Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) adota a Resolução 1721, determinando o estudo do papel das multinacionais no processo de desenvolvimento dos países emergentes e a sua interferência nas relações internacionais. Discute-se a criação de um Código de Conduta dirigido às empresas transnacionais.
<u>1977</u>	Em França, a Lei n.º 77.769/77 (empresas com mais de 750 trabalhadores) determina a publicação do Balanço Social orientada para as relações de trabalho. Surgiram posteriormente nos EUA, Europa e América Latina outras propostas de modelos de balanço social.
<u>1985</u>	Em Portugal a Lei n.º 141/85 torna obrigatória a apresentação do balanço social por empresas com mais de 100 empregados.
<u>1987</u>	O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” passou a ser mais divulgado através da Comissão Mundial sobre o Ambiente e o desenvolvimento.
<u>1988-93</u>	Foi elaborada a “Declaração <i>Interfaith</i> ” que constitui um código de ética sobre o comércio internacional para cristãos, muçulmanos e judeus.
<u>1990</u>	Foi criada por líderes económicos da Europa, Japão e EUA, a mesa redonda “ <i>Principles for Business – The Caux Round Table</i> ”.
<u>1992</u>	Foi realizada a ECO 92 pela ONU, e proposta a “Agenda 21”, que traduz o compromisso das nações para a alteração do modelo de desenvolvimento no século XXI. Foi criada uma norma de certificação sobre as condições de trabalho, pelo Institute of Social and Ethical Accountability (Norma AA1000; SA8000).

## A influência da RSE na escolha do banco

<b>1992</b>	Foi promulgada a ISO14000 sobre Gestão Ambiental, na sequência da ECO/92. Nos EUA o “Domini 400 Social Index” exclui empresas implicadas no tabaco, no álcool, no jogo, nas armas e na geração de energia nuclear.
<b>1995</b>	Na Cimeira de Copenhaga foram validados na Comunidade Europeia os três pilares do Desenvolvimento Sustentável.
<b>1997</b>	O Tratado de Amesterdão apela a toda a Comunidade Europeia para estimularem o Desenvolvimento Sustentável em todo o seu espaço.
<b>1997</b>	Na Conferência de Kyoto foi assinado o protocolo de Kyoto, onde os países desenvolvidos se comprometeram a reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 5% em relação aos valores de 1990.
<b>1997</b>	Projeto-Lei n.º 3.116/97, posteriormente PL n.º 32/99, visando estabelecer a obrigatoriedade de apresentação do Balanço social para as entidades públicas e empresas. Movimento internacional pela adoção e uniformização dos relatórios sócio-ambientais publicados pelas empresas (Global Reporting Initiative, GRI).
<b>2000</b>	Na Cimeira de Lisboa, os 15 países da União Europeia desenvolvem uma estratégia para reforçar a coesão social.
<b>2001</b>	A FIDES (Brasil), apresenta uma proposta de Balanço Social, realiza um Seminário Internacional sobre o Balanço Social e produz o livro “Balanço Social na América Latina”.
<b>2001</b>	A ONU no quadro do Global Compact (Pacto Global) propõe a promoção e implementação de nove princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente.
<b>2001</b>	Nos EUA é criado o Índice “ <i>Dow Jones Sustainability Index (DJSI)</i> ”, que define a sustentabilidade empresarial de acordo com critérios económicos, sociais e ambientais.
<b>2001</b>	O Conselho Europeu lança o Livro Verde, onde o tema central é “Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas.
<b>2002</b>	Na Cimeira de Joanesburgo foi acordado o tratamento equilibrado e integrado dos três pilares do Desenvolvimento Sustentável e foi definido um plano de ação para a gestão dos recursos humanos e para combater a pobreza.
<b>2002</b>	O Conselho Europeu divulga o tema “Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas para o Desenvolvimento sustentável.
<b>2006</b>	O Conselho Europeu publica a “Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um Pólo de Excelência em termos de RSE.

Fonte: adaptado de Moura (2004, p.22)

Pela análise do quadro anterior, verifica-se que até aos anos sessenta, as iniciativas no âmbito de RSE, têm origem sobretudo nos EUA. A Europa só a partir deste período começa a registar preocupações a este nível. É de assinalar o ano de 1960, altura em que os EUA e Europa passaram a exigir das empresas a divulgação anual de Relatórios com informação social. Dois marcos muito importantes: um, em 1997 com a criação da *GRI- Global Reporting Initiative*; outro, em 2001, com a criação do Livro Verde, pelo Conselho Europeu.

Em Portugal destaca-se, em 1985, a obrigatoriedade da apresentação do balanço social por empresas com mais de 100 empregados.

Fica então claro que as questões sobre a responsabilidade social não surgiram recentemente, tendo-se registado um acentuado aumento da sua discussão nos anos setenta. A causa do aumento do interesse nesta temática está associada ao aparecimento de problemas causados por uma sociedade assente numa economia de mercado.



## A influência da RSE na escolha do banco

Clarke (1998) fala em duas perspetivas sobre responsabilidade social das empresas. A primeira baseia-se na teoria neoclássica sendo o seu principal defensor Friedman (1998), que defende que o objetivo social da empresa é a obtenção de lucros. Ao gerir os recursos à sua disposição e maximizar a riqueza dos acionistas, a empresa está a ser socialmente responsável. Ao pagar impostos e a gerar empregos está a contribuir para o bem-estar da comunidade.

A segunda perspetiva, baseada na teoria dos *stakeholders*, tem como defensor principal Freeman (1998). Este autor parte do princípio de que para além dos acionistas, existem outros agentes interessados nas decisões das empresas. Estes podem ser não só acionistas, mas também credores, empregados, clientes, fornecedores ou a comunidade em geral.

Ao contrário de Friedman, defende que todas as decisões de uma empresa devem ter em conta os interesses de todos os *stakeholders* e não só dos acionistas. A perspetiva de Friedman é mais no sentido de obrigação social e não de responsabilidade social. Obrigação social corresponde aquilo que a empresa faz pelo social que está previsto por Lei e só isso, não tendo o carácter voluntário que define a responsabilidade social.

Recentemente, Holme e Watts (2000, pág.10) defendem que a responsabilidade social pode ser vista como um compromisso assumido pela empresa “em contribuir para o desenvolvimento económico sustentável trabalhando com os empregados, as suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar a sua qualidade de vida”.

Trata-se não só de saber como é que as empresas obtêm os seus lucros através das práticas de responsabilidade social em relação, por exemplo, aos seus funcionários e colaboradores, à proteção do ambiente e à transparência e ética nos negócios, mas também o que fazem com esses lucros, ou seja, se aplicam parte desses lucros no bem-estar da comunidade onde estão inseridos.

No Quadro 2 é apresentada a evolução do conceito de RSE, do século XX.

Quadro 2 - Evolução do conceito de RSE do Século XX

Data	Evolução do conceito de RSE do Século XX
De 1900 a 1960	A empresa socialmente responsável é aquela que realiza filantropia, concretizada em donativos financeiros e apoio a causas sociais.
De 1960 a 1980	A empresa ascende à condição de “agente moral”, evoluindo a responsabilização estritamente individual de quem toma decisões para uma responsabilização da empresa, no plano organizacional, como entidade moral sujeita a apreciação e condenação.
De 1980 até à atualidade	O conceito de “desenvolvimento sustentável” passa a integrar o discurso sobre RSE e a teoria dos <i>stakeholders</i> alarga o quadro de responsabilidades da empresa a todos os grupos que afetam ou são afetados pela ação empresarial.

Fonte: Adaptado de Kreitlon, 2004

### 1.3. Fundamentos teóricos da RSE

Os fundamentos teóricos utilizados normalmente para justificar o conceito de RSE, têm como base três escolas distintas: *Business Ethics*, *Business & Society* e *Social Issues Management* (Matten, Crane e Chappel, 2003; Carroll e Buchholtz, 2000; Donaldson e Preston, 1995; Logsdon e Palmer, 1988).

Gendron (2000) e Jones (1996) categorizaram cada uma das abordagens respetivamente em: ética normativa; social ou contratual; e estratégica. De referir que nenhuma delas consiste num campo de pesquisa independente e muitas vezes os elementos conceptuais de uma são usados por outra. Contudo, determinados pressupostos básicos conferem uma verdadeira distinção a cada uma das abordagens.

#### 1.3.1. Abordagem normativa

A abordagem normativa, característica da *Business Ethics*, baseia-se no facto das empresas e as suas atividades estarem sujeitas ao escrutínio ético á semelhança de qualquer outra esfera da vida humana.

Para Jesus (2001), a ética tem como pressupostos a liberdade, a responsabilidade o conhecimento e um ato. Apenas é considerado ato ético quando há a oportunidade de escolha feita de uma forma consciente e responsável. Embora muitos autores assumam a ideia de que um ato empresarial não pode ser confundido com um ato individual, Hoffman e Frederick (1995), defendem que a empresa tem finalidades, objetivos próprios e toma decisões diferentes dos indivíduos a quem cabe implementá-los. É através dessa estrutura de decisão que a empresa manifesta de forma consciente e intencional a base moral que lhe está subjacente a todo este processo.

Carr (1989), ao contrário da abordagem normativa, defende que o juízo moral não poderá ser aplicado às empresas nem aos seus negócios. Para ele, estes poderiam ser assemelhados a jogos onde ninguém espera a verdade ou a ética. Assim, apenas o poder coercivo de forças como a legislação a fiscalização ou a competição do próprio mercado, são capazes de moralizar as ações das empresas.

A abordagem normativa veio opor-se a esta linha de pensamento, ao defender que a responsabilidade social decorre, diretamente, da sua responsabilidade moral. A empresa

necessita de agir de modo socialmente correto, porque sendo o correto é seu dever moral fazê-lo.

Ao defender este raciocínio, esta abordagem coloca-se em desacordo com as teses da “mão invisível” de Friedman e das teses da “mão do governo” de Galbraith. Enquanto a tese da “mão invisível” conclui que é o mercado livre e competitivo que moraliza o comportamento das empresas, a tese da “mão do governo” afirma que esse comportamento, apenas é influenciado pela regulamentação existente. Nenhuma delas aceita a tese da abordagem normativa de que as empresas possam ter um juízo moral.

### **1.3.2. Abordagem contratual**

Nasce em meados dos anos 70, uma escola com uma base mais sociológica e política, voltada para questões mais pragmáticas, chamada *Business & Society*.

Segundo esta escola, a ideia básica por detrás do conceito de RSE é a de que empresas e sociedades não são entidades distintas, antes pelo contrário, são interdependentes e é normal que a sociedade tenha expectativas em relação às práticas das empresas (Wood, 1991).

Esta abordagem apoia-se fundamentalmente em três pressupostos. O primeiro é o de que a empresa e a sociedade são parte de um todo. O segundo pressuposto é que ambas estão ligadas por um contrato social.

Como destaca Gendron (2000), um contrato social legítima uma organização produtiva (empresa), passando a sociedade a conceder-lhe autoridade para utilizar recursos naturais, criar emprego e comercializar produtos. Em contrapartida, a empresa deve oferecer benefícios compensadores à sociedade.

Finalmente o terceiro pressuposto argumenta que as empresas estão sujeitas a um controlo por parte da sociedade. Matten, Crane e Chappel (2003) recorrem à teoria dos *stakeholders* para afirmar que é importante identificar os grupos que interagem com a empresa e que cada um deles tem o direito de participar ou de ser ouvido, quando existem processos de tomadas de decisão.

### 1.3.3. A abordagem estratégica

A abordagem estratégica é característica da escola *Social Issues Management* e emerge no início dos anos 80.

Mais tarde, Jones (1996) defende que as questões de RSE baseiam-se, igualmente, em três pressupostos. O primeiro é o de que a empresa pode aproveitar as oportunidades de mercado, decorrentes de transformações nos valores sociais, se souber antecipar-se a eles. O segundo é de que o comportamento socialmente responsável pode garantir-lhes uma vantagem competitiva. O último, está relacionado com a atitude pró-ativa das empresas, podendo desta forma antecipar-se a novas legislações ou até mesmo evitá-las.

Esta abordagem estratégica levanta a questão de que a empresa não existe apenas num ambiente composto por consumidores, produtores e concorrentes, mas também por um ambiente político. Para Gendron (2000), este ambiente político determina a evolução dos cidadãos, fazendo com que seja imprescindível que a empresa leve em conta esse contexto político quando toma as suas decisões.

A *Social Issues Management* reconhece não só a dimensão social do consumidor, como também o caráter evolutivo das instituições.

## 2. A importância da divulgação da RSE

A partir do momento que se reconhece a importância da responsabilidade social e as medidas que as empresas devem tomar em benefício de todos tendo sempre em consideração o desenvolvimento sustentável, é fundamental divulgar essa informação para que chegue aos interessados.

Para Gray (1987), a divulgação da RSE é o processo de prestação de informação destinada à quitação dessa responsabilidade social.

Num estudo realizado, em 1995, Gray, Kouhy e Lavers concluíram que no período que decorreu entre 1979 e 1991, a divulgação da responsabilidade social tem vindo a aumentar progressivamente.

A divulgação empresarial e a comunicação social desempenham um papel cada vez mais importante ao satisfazer as crescentes necessidades de informação, dos *stakeholders* da empresa relativas às questões da RSE (Gray, 1995a).

Por isso, o desenvolvimento da comunicação social (Brammer, Pavelin, 2004), a criação de índices e classificação das ações socialmente responsáveis, as indicações relativamente às políticas de RSE e a interferência de organismos nacionais e internacionais (Marques, Teixeira, 2008), contribuem positivamente para o aumento do interesse pela RSE.

Os relatórios de sustentabilidade com informação social começaram a surgir na década de noventa. De acordo com um estudo levado a cabo pela empresa KPMG (2005), onde foram analisadas mais de 1600 grandes empresas, concluiu-se que a divulgação mais consistente das políticas de responsabilidade social teve início em 1993.

### 2.1. Enquadramento teórico

A divulgação de informação social ocorre de forma voluntária e é cada vez mais usada pelas empresas.

Várias têm sido as teorias que procuram explicar esta prática, tanto de carácter económico, como de carácter político e social. As de carácter económico são a teoria positiva de contabilidade, a do enquadramento custo-benefício e a teoria baseada nos recursos. As de carácter político e social destacam-se a teoria da legitimidade e a dos *stakeholders*.

Freedman e Jaggi (1998), Belkaoui e Karpik (1989), Zéghal e Ahmes (1990), defendem que cada uma delas tenta estabelecer ligações entre a divulgação de informação social das empresas e as suas características de desempenho, embora não consigam por si só explicar as motivações que estão por trás da divulgação voluntária. Para se conseguir explicar estas motivações, é fundamental recorrer á articulação de todas elas.

#### 2.1.1. Teorias Económicas

Watts e Zimmerman (1990) argumentam que a teoria positiva da contabilidade permite perceber as razões que motivam as empresas a adotar determinadas políticas contabilísticas em detrimento de outras durante o processo de decisão. Depois de se perceber quais são essas razões, há condições de entender quais são as motivações que levam á divulgação de informação de uma empresa.

A Teoria positiva da contabilidade baseia-se no facto de que os agentes económicos são racionais e vão atuar apenas com o intuito de gerar e maximizar riqueza.

Esta Teoria defende que toda a regulamentação governamental é um custo político para a empresa. Watts e Zimmerman (1978) argumentam que as campanhas de responsabilidade social nos meios de comunicação podem contribuir para desviar as atenções dos lucros elevados das empresas, a fim de evitar transferências de riqueza, pelo que algumas empresas optam por escolhas contabilísticas que reduzam os lucros obtidos.

Em relação ao enquadramento custo-benefício, Cormier e Gordon (2001) e Cormier e Magnan (2003) procederam à análise da divulgação de informação de responsabilidade social dentro de uma estrutura de custo-benefício. Assim, a empresa pode minimizar a divulgação caso se aperceba que os investidores não necessitem dela.

Habitualmente existe uma assimetria de informação, ou seja, os gestores têm mais informação do que os investidores. Não divulgar informação pode levar a que os investidores criem um cenário pior do que a realidade. Divulgar informação credível, conduz a que os investidores não necessitem de procurar outras fontes de recolha de informação e façam uma avaliação dos seus investimentos o mais correta possível.

Segundo a perspetiva baseada nos recursos, Galbreath (2005) defende que o sucesso de uma empresa depende dos recursos que possui e controla. Cada empresa, através deles, é responsável por disponibilizar à população, determinado produto ou serviço que necessite.

Para Mathews (2002), as empresas necessitam de controlar os recursos necessários para o desenvolvimento das suas atividades económicas, através de processos produtivos próprios e procuram atingir os objetivos estabelecidos.

Muitas vezes esse controlo sobre os recursos é partilhado com os seus *stakeholders*, por isso é fundamental estabelecer relações com eles durante todo este processo de partilha de recursos e de elaboração dos seus processos produtivos. Uma das formas encontradas para estabelecer essa ligação é através da publicação de informação.

### **2.1.2. Teorias sociais e políticas**

No grupo de teorias sociais e políticas temos a teoria dos *stakeholders* e a teoria da legitimidade.

Para Tilling (2004), a teoria dos *stakeholders* e a teoria da legitimidade são as que melhor explicam o comportamento das empresas no âmbito da sua responsabilidade social. Todavia, trata-se de teorias que se complementam e que não se substituem (Gray et al, 1995a).

Ao contrário das anteriores, as teorias sociais e políticas procuram explicar a divulgação de informação de responsabilidade social noutros termos que não, apenas, a perspetiva economicista, na medida em que estas teorias abrangem uma perspetiva de sistema, defendendo que as empresas influenciam e são influenciadas, pela comunidade em que estão inseridas.

Para Gray et al. (1995a), estas abordagens não veem competir com as anteriores. Devem ser vistas como uma forma diferente de interpretar e divulgar a informação.

Estas teorias ganham cada vez mais relevo nos estudos sobre divulgação de informação sobre responsabilidade social, na medida em que permitem uma explicação mais abrangente e clara destas práticas.

Na teoria dos *stakeholders*, Freeman (1998, p.174), define *stakeholders*, como “grupos e indivíduos que são beneficiados ou prejudicados por ações da empresa e cujos direitos são violados ou respeitados por estas mesmas ações”. Esta teoria chama a atenção para a importância da responsabilidade social e o papel público das empresas, nomeadamente perante os seus diversos públicos (Freeman, McVea, 2001).

*Stakeholders* são portanto todos aqueles que têm um interesse nas decisões da empresa e incluem acionistas, fornecedores, empregados, clientes, governo, grupos de interesse e comunidade local.

Para Ullmann (1985), a empresa tem uma responsabilidade social que implica o interesse de todos *os stakeholders*, sendo aconselhável procurarem o seu apoio a fim de manter um ambiente próspero. Para este autor, toda a divulgação de informação sobre responsabilidade social, é uma estratégia da empresa para gerir as relações com os *stakeholders*.

Cada empresa tem uma hierarquia própria de *stakeholders*, sendo que nem todos têm a mesma importância, ou peso nas suas decisões. Por isso, quanto maior a sua importância, maior o esforço que a empresa despende em prol de cada um deles. Esse grau de importância depende do controlo que cada *stakeholder* tem sobre os recursos da empresa.

Ullmann (1995) estabeleceu um modelo baseado no poder dos *stakeholders*, na postura estratégica da empresa e no desempenho económico, com o propósito de analisar a responsabilidade social.

A postura estratégica tem a ver com o modo como as empresas interagem com os seus *stakeholders* podendo adotar uma postura ativa ou passiva. Uma postura ativa implica uma



constante monitorização das relações entre empresa e *stakeholders*, estando a empresa preocupada em influenciar aqueles que considera importantes.

É considerada uma postura passiva quando a empresa não tem qualquer interesse em influenciar os seus *stakeholders*, uma vez que considera que a responsabilidade social está de alguma forma relacionada com o desempenho económico que possa ter. Períodos de desempenho mais fracos têm um maior impacto que qualquer informação ou ocorrência social.

Outro aspeto deste modelo é o do poder dos *stakeholders*. Estes são capazes de influenciar o comportamento da empresa já que controlam recursos que podem ser essenciais á continuidade da empresa.

Este modelo foi utilizado por Roberts (1992) com o objetivo de testar práticas de divulgação de informação de RS de forma empírica. Roberts conclui que, no âmbito desta divulgação, o poder dos *stakeholders*, a postura estratégica e o desempenho económico estão relacionados entre si e que aquela é usada como ferramenta pelas empresas para gerir *stakeholders* e todo o ambiente organizacional envolvente.

Gray et al (1996) e Deegan (2002) identificam duas variantes na teoria dos *stakeholders*: a ética e a administrativa. A variante ética corresponde ao dever perante todos os seus *stakeholders*, de divulgar informação social. A variante administrativa explica a divulgação de informação de RSE como um modo de gerir a relação empresa e *stakeholders*.

Guthrie, et al (2004) acredita que deste modo as empresas terão tendência a desenvolver atividades e a divulgar a informação expectável pelos seus *stakeholders*, sempre com o objetivo de conseguirem tirar partido disso.

A teoria da legitimidade pode ser considerada como um mecanismo eficaz na perceção da divulgação da responsabilidade social empresarial (Tilling, 2004). Para Deegan, 2002) a divulgação da RSE é um método através do qual a gestão pode interagir com a sociedade em geral para influência as perceções externas sobre a organização.

Esta teoria baseia-se na ideia de que entre as empresas e a sociedade existe um contrato social, onde estão descritas todas as formas de como as empresas desenvolvem as suas atividades (Suchman, 1995; Williams, 1999; Guthrie, et al, 2004; Watson et al, 2002).

A teoria da legitimidade considera que a sociedade permite às empresas existirem e terem direitos. Assim, uma empresa para sobreviver deve assegurar-se de que as atividades que praticam estão de acordo com valores e normas da sociedade.



Para Suchman (1995, p.574), legitimidade é uma “ percepção generalizada de que as ações levadas a cabo por uma empresa são desejáveis, próprias e apropriadas dentro de um sistema de normas, valores crenças e definições”. O mesmo autor diz ainda que “ a gestão da legitimidade assenta fortemente na comunicação” (Suchman, 1995, p.574).

O nível de legitimidade varia de empresa para empresa. Empresas que estão inseridas na indústria ambiental muito sensível necessitarão de um maior nível de legitimidade do que aquelas inseridas numa indústria ambiental menos sensível. Por outro lado, as grandes empresas multinacionais divulgam mais informação voluntária sobre as suas atividades de RSE, sobretudo para transmitirem uma boa imagem perante a sociedade.

Petty e Cuganesan (2005) defendem que a divulgação de informação social, levada a cabo pelas grandes e influentes empresas, pode fazer com que os restantes mostrem também vontade de divulgar voluntariamente a sua informação social.

### **2.2. Tipo de Informação social divulgada**

A informação e divulgação das políticas de responsabilidade social das empresas têm vindo a captar cada vez mais a atenção, não só das empresas como dos órgãos de regulação. No entanto, para estes, a atenção incide fundamentalmente sobre a informação ambiental. Esta crescente preocupação com a vertente ambiental da responsabilidade social deve-se sobretudo à ausência de políticas nesta área, o que teve um impacto muito negativo sobre o ambiente mundial em geral.

De início a divulgação de informação relacionada com responsabilidade social estava relacionada com práticas ambientais das empresas. Epstein (2004) defende que o período entre 1987 e 1998 foi caracterizado pela proliferação de relatórios ambientais intencionalmente elaborados para o exterior.

No entanto, a questão ambiental é apenas um capítulo da informação da responsabilidade social. Dela fazem parte também informação sobre os trabalhadores e comunidade em geral. Assim, a sua divulgação deverá espelhar todos os aspetos sociais e ambientais sobre os quais a atividade da empresa terá tido ou espera vir a ter impacto.

Mathews (1997) defende que estas informações e divulgações deviam cada vez mais fazer parte da esfera de preocupações de contabilistas e de académicos. Assim, para este autor, seria importante alargar o campo de responsabilidade da contabilidade no sentido da inclusão de dados sociais e ambientais.

De acordo com aqueles que defendem esta abordagem, o problema reside na dificuldade em atribuir valores económicos aos impactos sociais e ambientais decorrentes da atividade de uma empresa. A divulgação desta informação deve ter como objetivo principal a obtenção de resultados económicos, sendo por isso importante considerá-la como um ramo da contabilidade convencional.

Foram vários os autores que categorizaram a informação sobre responsabilidade social.

- Trotman e Bradley (1981), Guthrie e Parker (1989, 1990), utilizaram categorias como comunidade, produtos, recursos humanos, energia e ambiente;
- Cowen *et al* (1987), Zéghal e Ahmed (1990) e Patten (1991), acrescentaram às categorias anteriores, as de boas práticas de negócios;
- Para além de Recurso humanos, clientes e comunidade, Ness e Mirza (1991), introduziram os produtos;
- Gray *et al* (1995a, 1995b) abordam também os clientes; e
- Hackston e Milne (1996) usaram o ambiente, energia, produtos, comunidade e introduziram uma categoria nova - segurança e saúde no trabalho.

Os autores foram praticamente unânimes em dividir a informação sobre responsabilidade social em envolvimento com a comunidade, ambiente, recursos humanos e produtos ou clientes.

A responsabilidade social das empresas nos dias de hoje está direcionada sobretudo para questões de proteção do ambiente, saúde e segurança no trabalho, envolvimento com a comunidade e com os consumidores. Pode ser definida como “um conceito onde as empresas decidem voluntariamente contribuir para uma melhor sociedade e um ambiente mais limpo”. (*European Commission*, 2001, p. 5).

Para Gray *et al.* (1996) é tão importante promover projetos de responsabilidade social como a sua divulgação. Para estes autores, a divulgação seria “um processo de comunicar os efeitos sociais e ambientais, de ações económicas das organizações a determinados grupos de interesse dentro da sociedade e à sociedade em geral”.

As empresas utilizam a comunicação através dos seus relatórios anuais como forma de influenciar a perceção da sociedade quanto às suas operações (Deegan, 2002).

Para Carreira e Palma (2011) as organizações elaboram os relatórios não só para darem a conhecer aos seus *stakeholders* o seu desempenho económico, ambiental e social,

mas também, para posteriormente reajustarem as suas estratégias com os seus objetivos de desenvolvimento.

Alguns dos autores que escolheram os relatórios e contas anuais como fonte de recolha de dados da informação de responsabilidade social da empresa, assumem que a sua escolha é criticável na medida em que descuram outras fontes de divulgação. Para Roberts (1991), embora os relatórios e contas sejam de facto a fonte mais importante de informação, ignorar todas as outras fontes pode levar a uma representação menos completa das práticas de divulgação por parte das empresas.

Em 1990, Zéghal e Ahmed, foram dos primeiros a utilizar outras fontes de recolha de dados. Para além dos relatórios e contas anuais utilizaram publicidade e brochuras.

### **2.3. A RSE e as organizações internacionais**

O aumento do interesse para as questões no âmbito da RSE deve-se, também, aos esforços levados a cabo por algumas organizações internacionais, nomeadamente a União Europeia e a ONU.

Em relação à contribuição da UE é importante referir o lançamento da publicação do Livro Verde em 2001 e das comunicações subsequentes de 2002 e de 2006. A ONU contribuiu sobretudo através de duas iniciativas: a *Global Reporting Initiative* (GRI) e o *Global Compact* (GC).

Em 1997 foi criada a *Global Reporting Initiative* (GRI). A GRI é uma Organização Não-Governamental internacional que tem como missão desenvolver e difundir diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas de todo mundo.

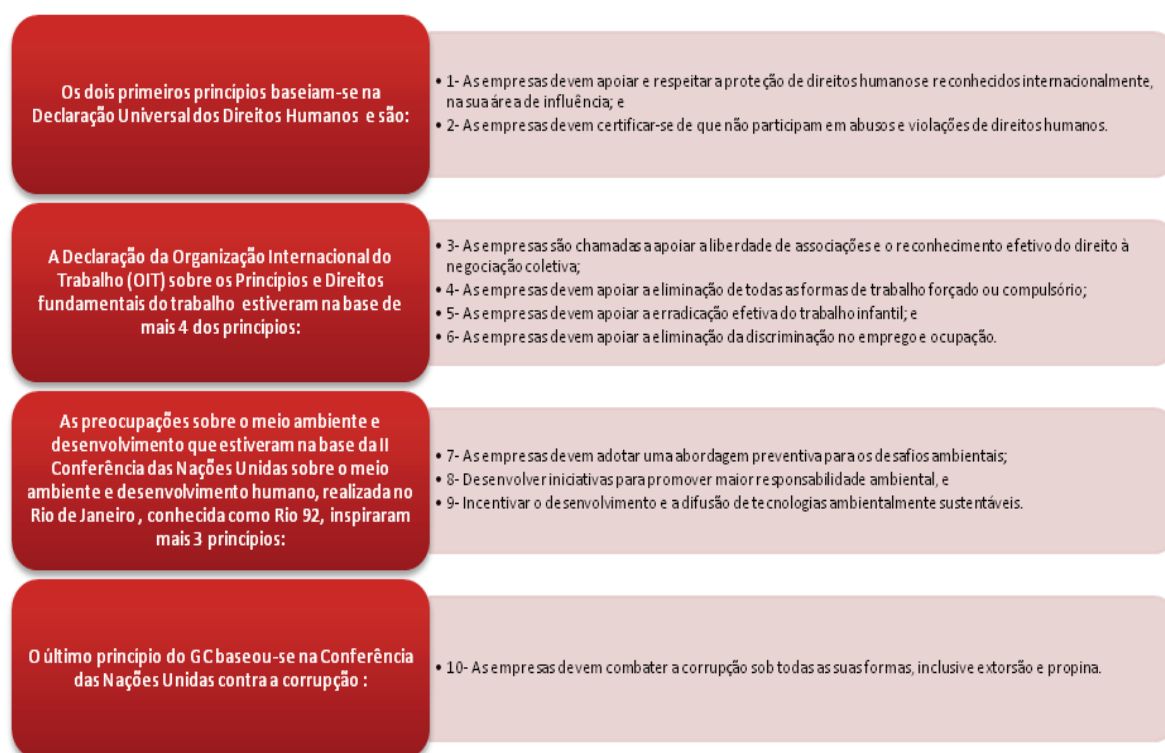
A GRI tem como objetivo atribuir aos relatórios de sustentabilidade a mesma utilidade e seriedade dos relatórios e balanços financeiros, conferindo-lhes o *status* de documento. Em 2002, foi lançado o G2 que foi publicado em português apenas, em 2004, e que desde então tem constituído uma importante ferramenta para as empresas que pretendem divulgar as suas políticas de responsabilidade social.

O *Global Compact* (GC), foi uma iniciativa lançada pelo ex-secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, com o objetivo de levar a comunidade empresarial global, de uma forma voluntária, a apoiar mundialmente a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção.

## A influência da RSE na escolha do banco

Esta proposta foi anunciada em janeiro de 1999, durante o Fórum Económico Mundial em Davos, na Suíça tendo sido lançado formalmente em julho de 2000. As organizações que subscrevem o GC assumem o compromisso de seguir 10 princípios fundamentais, baseados em declarações e princípios internacionais<sup>2 3 4 5</sup>, como se pode ver no Figura 1.

Figura 1: Princípios fundamentais assumidos pelas Organizações integrantes do GC



Fonte: Elaboração própria

### 2.4. A divulgação da RSE em Portugal

A tendência para o aumento da divulgação da informação sobre responsabilidade social em Portugal tem vindo a seguir a de aumento do resto do mundo.

<sup>2</sup> Adotada em Assembleia Geral Das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

<sup>3</sup> Adotada na 86ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 1998).

<sup>4</sup> A Rio 92, realizou-se no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992 e foi a maior reunião de chefes de Estado da História. Cerca de 117 governantes participaram tentando arranjar soluções no sentido do desenvolvimento sustentável das populações mais carentes do planeta.

<sup>5</sup> Entrou em vigor a 29 de setembro de 2003.

Em 2004, Sarmento e Duarte concluíram que as empresas que mais acidentes causaram a nível ambiental, são as que mais investem na proteção do mesmo. Quanto maior a dimensão da empresa, maior o esforço de proteção ambiental. O seu estudo, permitiu chegar também à conclusão que a maior parte das empresas não considera ter qualquer obrigação ou responsabilidade social, embora a maioria, segundo este estudo, esteja preocupada com ambiente.

Roque e Cortez (2006) realizaram um estudo empírico onde compararam o desempenho financeiro no mercado de capitais e a divulgação de informação social de 35 empresas cotadas em Portugal. As conclusões deste estudo mostram que quanto maior o desempenho financeiro de uma empresa, menor é a preocupação em divulgar informação social.

Branco e Rodrigues (2008), num estudo efetuado a uma amostra de empresas que figuravam na lista Euronext Lisboa, mostram que estas elegeram o Relatórios e Contas para divulgar a sua informação social, sobretudo a informação referente aos recursos humanos.

No entanto, se o meio de divulgação preferido para colocarem à disposição as informações sociais referentes aos recursos humanos foi esse relatório, o mais usado para informar sobre projetos ao nível do envolvimento com a comunidade foi a *Internet*.

Segundo os mesmos autores existe uma explicação simples para esta escolha. O Relatório e Contas está muito direcionado para o investidor que obviamente se preocupa com os recursos humanos da empresa.

A *Internet* permite que o público em geral consulte os sítios das empresas fazendo mais sentido que a informação sobre os projetos sociais envolvendo a comunidade, aí esteja disponível. Neste estudo, Branco e Rodrigues, concluíram ainda que quanto maior a visibilidade que a empresa apresenta, maior a preocupação em divulgar a informação social, qualquer que seja o suporte escolhido.

## **2.5. Divulgação da RSE dos bancos portugueses**

### **2.5.1. Caracterização do setor bancário português**

A ideia da criação de um Mercado Único de bens e serviços europeu despoletou movimentos de privatização e liberalização do setor bancário português. No final do ano de

1984 e durante 1985 surgiram em Portugal os primeiros bancos privados. Com a entrada na Comunidade Económica Europeia o processo de liberalização acelerou. Contudo, o mercado ainda não se regia pelos princípios da livre concorrência.

O processo de privatizações começou, efetivamente, em Portugal em 1989, ficando praticamente concluído em 1995. Em 1984 operavam em Portugal, 17 bancos e, em 1995, este número aumentou para 45.

De acordo com o Banco de Portugal (2009), a liberalização do sistema financeiro português, ocorreu com algum desfasamento temporal face à maioria dos países da OCDE. Esta situação deveu-se sobretudo a duas situações que ocorreram em Portugal: a nacionalização de todos os bancos, no pós 25 de Abril de 1974 e às duas intervenções do FMI, em 1977 e 1983.

Tendo em conta a mesma fonte, em 2009 operavam em território nacional 203 instituições financeiras das quais 38 eram bancos. O ativo total do setor bancário representava cerca de 31.5% do PIB, o que equivalia em termos absolutos a 515.354 milhões de euros.

De acordo com o Boletim Estatístico da Associação Portuguesa de Bancos, em 2009, trabalhavam no setor bancário cerca de 59.215 pessoas, sendo que 94% dos colaboradores tinha um vínculo efetivo com a instituição empregadora, não existindo assim uma precariedade significativa no emprego. Quase metade detinha habilitações ao nível do ensino superiores e, embora se registre um aumento do número de trabalhadores do sexo feminino, este ainda representa, apenas, 46% do total da força de trabalho.

Uma estratégia recentemente, adotada pelas entidades bancárias consiste na criação de parcerias com empresas de outros setores (agências de seguros e imobiliárias) no sentido de abrir novos canais de comunicação aos clientes e criar sinergias para promover o negócio bancário.

### **2.5.2. Tipo de informação social divulgada**

Desde há alguns anos, no setor bancário, começa a compreender que estas instituições poderiam e deveriam assumir um papel social importante. O cuidado em definir estratégias de políticas de responsabilidade social tem vindo a aumentar. As suas políticas sobre esta

matéria tomam um papel cada vez mais relevante nos relatórios que são elaborados e que têm como destinatários os seus *stakeholders*.

A informação social dos bancos portugueses pode ser encontrada sobretudo nos seus Relatórios e Contas e mais recentemente nos Relatórios de Sustentabilidade. O Relatório de Sustentabilidade é uma publicação anual, usada para divulgar alguma informação relativa aos recursos humanos do banco, às medidas adotadas de proteção do ambiente, ao cuidado na excelência dos processos produtivos, à preocupação na manutenção das relações de confiança com os fornecedores e aos apoios sociais concedidos à comunidade. Os Relatórios de Sustentabilidade apresentam-se de uma forma muito cuidada a nível visual e destinam-se a divulgar não só a informação ocorrida no ano, como também a que está prevista ocorrer.

Branco e Rodrigues (2006) utilizaram uma amostra de bancos portugueses para realizar um estudo onde analisaram a existência de um sítio na *Internet*, a divulgação de informação social e que tipo de informação foi divulgado. Concluíram que os bancos divulgaram informação social e que usam a sua página na *Internet* para o fazer. O Relatório e Contas era o escolhido para esse tipo de divulgação e que os bancos com maior visibilidade eram os que divulgaram mais detalhe na informação.

## Parte B – ESTUDO EMPÍRICO

Esta parte do estudo é dedicada à estruturação de toda a informação necessária à compreensão do objetivo da estratégia. Definição dos instrumentos de investigação utilizados na recolha de dados, explicação e caracterização das amostras e por fim toda a análise dos resultados.

### 3. Descrição do processo de investigação

Este capítulo descreve os objetivos deste estudo, fundamentais para responder ao problema de investigação. Descreve, ainda toda a estratégia de investigação adotada tendo em conta teorias e estudos por outros utilizados em anteriores investigações.

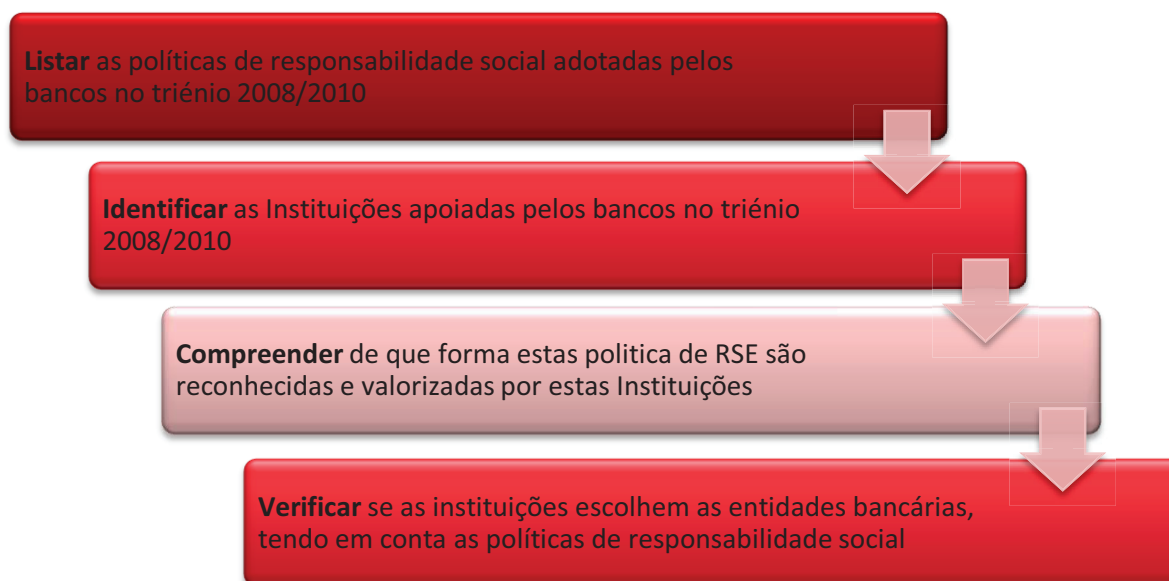
#### 3.1. Objetivo da investigação

Este estudo tem como objetivo geral (Figura 2), aferir em que medida as instituições apoiadas pelos bancos, os escolhem tendo em conta as políticas de responsabilidade social destas.

Para além deste objetivo geral, foram traçados três objetivos específicos (Figura 2): listar as políticas de responsabilidade social adotadas pelos bancos no triénio 2008/2010, através da análise dos Relatórios e Contas e dos Relatórios de Sustentabilidade; identificar as Instituições apoiadas pelos bancos, elaborando uma tabela para cada banco e nela listando as ações levadas a cabo pelo banco, no triénio 2008/2010, no âmbito do envolvimento com a comunidade; compreender de que forma estas política de RSE são reconhecidas e valorizadas, através da aplicação de um questionário dirigido às instituições apoiadas.



Figura 2: Objetivos gerais e específicos do estudo



Fonte: Elaboração própria

### 3.2. Fundamentação teórica

Segundo Baker e Naser (2000), a divulgação da informação, obrigatória ou voluntária, pode fazer-se através de diversos canais de comunicação. Para Wilmshurst e Frost (2000), os relatórios anuais, seja o relatório e contas, seja o relatório de sustentabilidade, têm sido os mais utilizados pelas empresas por serem de fácil acesso e porque a empresa possui o controlo total da sua edição. No entanto, como já foi referido anteriormente, o meio de divulgação da informação pode variar segundo o tipo de informação e o seu público-alvo. (Zeghal e Ahmed, 1990).

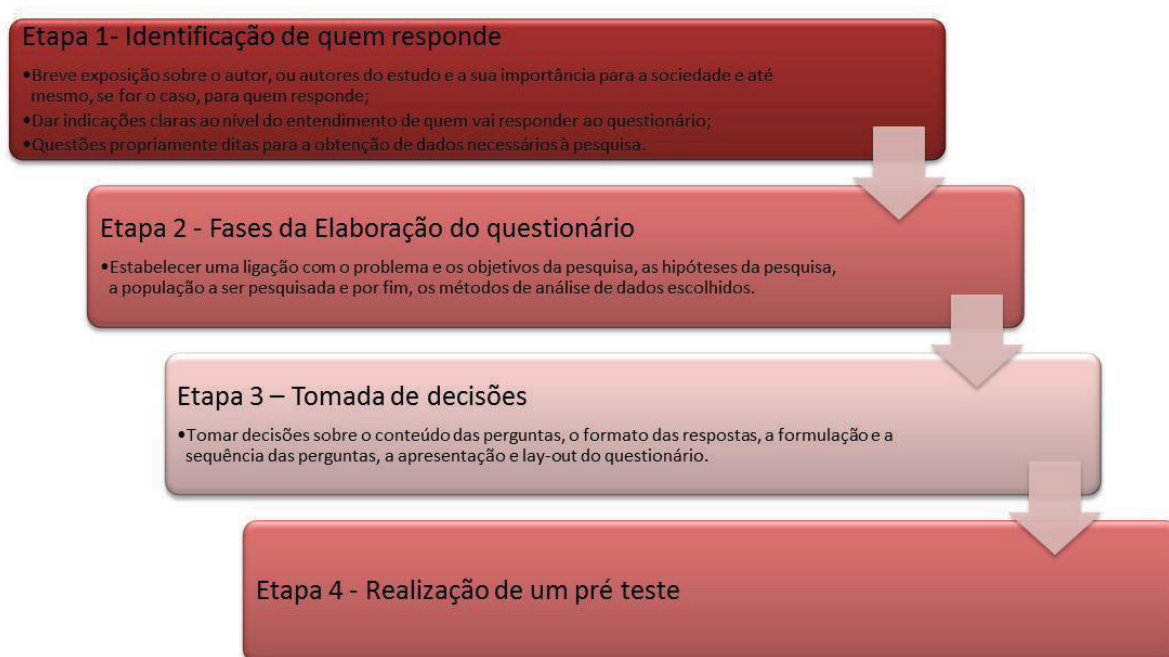
Com o progresso tecnológico outras fontes de comunicação começaram a emergir (Unerman, 2000). A *Internet* e os *websites* das empresas constituem hoje em dia um potencial canal de comunicação e de criação de imagem social (Patten, 2002; Branco e Rodrigues, 2006).

Existindo em Portugal um grupo de empresas, onde estão incluídos os bancos, que já elaboram Relatórios de Sustentabilidade e publicam alguma informação social nos seus *websites*, neste estudo irão ser analisados três canais de comunicação: o Relatório e Contas, os Relatórios de Sustentabilidade e os *websites* de cada banco.

Segundo Parasuraman (1991), um questionário é um conjunto de questões, elaborado para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do estudo. Embora o mesmo autor afirme que existam outros instrumentos para a obtenção destes dados, o questionário acaba por ser um dos mais importantes na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais. Construir um questionário que sirva o propósito da obtenção dos dados necessários e relevantes não é tarefa fácil. Embora não exista uma metodologia para a elaboração do questionário, há autores que estabelecem uma série de recomendações a ter em conta neste processo.

Para construir um questionário eficaz que se adeque ao nosso estudo, é importante seguir algumas etapas, como se pode ver no Quadro 3.

Quadro 3 – Etapas da elaboração de um questionário



Fonte: Elaboração própria

## 4. Metodologia de análise

Esta parte do trabalho destina-se a apresentar a metodologia adotada para realizar a pesquisa empírica, definir o tipo de pesquisa, identificar a população a que se dirige o estudo, descrever as amostras e o método utilizado na recolha de dados. É ainda descrito o

instrumento de pesquisa – questionário – e são apresentadas as razões que justificam a sua versão final.

Por fim, são enunciadas as principais limitações que o método escolhido impõe ao alcance dos objetivos da pesquisa.

### **4.1 Definição da amostra**

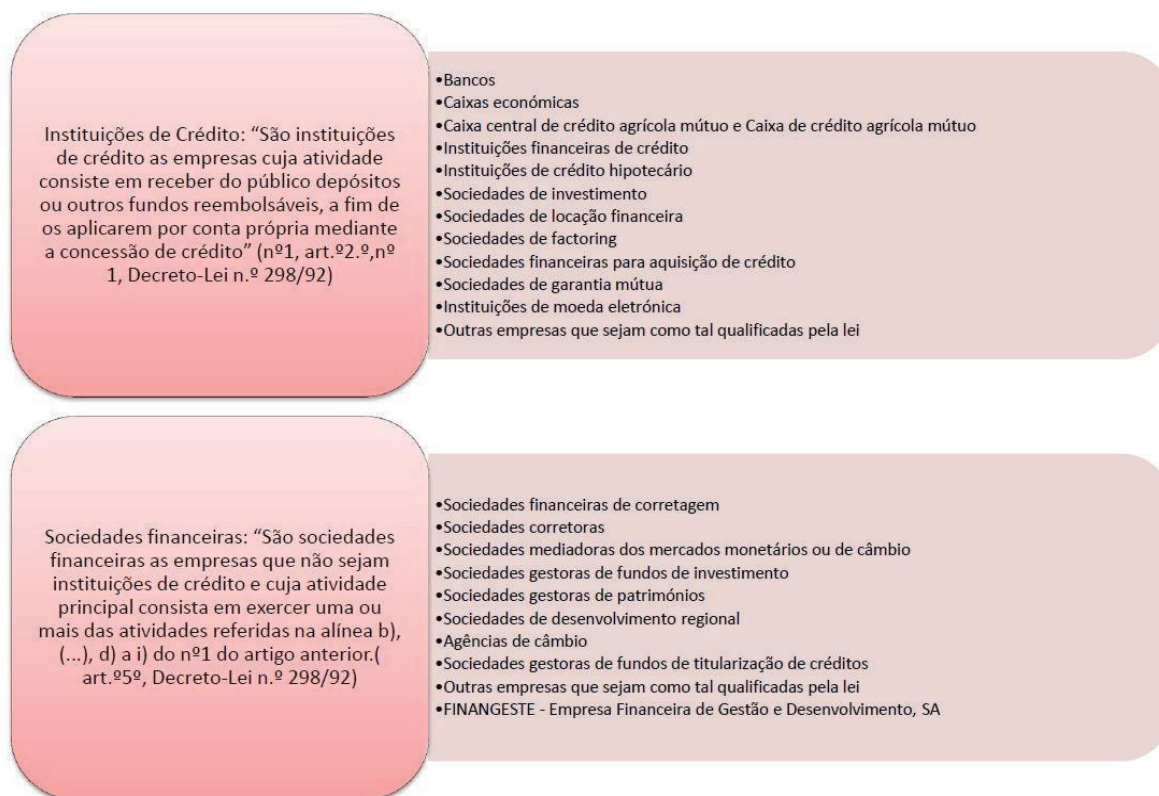
Como foi referido no capítulo anterior, o objetivo geral é verificar se as instituições escolhem as entidades bancárias, tendo em conta as políticas de responsabilidade social destas. Para a realização deste estudo foram definidas duas amostras distintas: uma amostra é composta pelos bancos portugueses e a outra amostra integra as instituições apoiadas pelos bancos, no âmbito das suas políticas de RSE.

#### **4.1.1.Bancos**

O Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras), “regula o processo de estabelecimento e o exercício da atividade das Instituições de crédito e das sociedades financeiras” (art.1º, nº1).

As instituições que são supervisionadas pelo Banco de Portugal estão divididas em duas categorias: Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. (Quadro 4)

Quadro 4: Instituições supervisionadas pelo Banco de Portugal



Fonte: Elaboração própria baseado no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras)

O quadro anterior sintetiza o art.º 2 e art.º 5 do Decreto-Lei 298/92, quando definem o que são e quais são as Instituições e Sociedades de crédito.

Da análise feita ao mesmo Decreto-Lei, percebe-se que de todas as instituições e sociedades referenciadas, os bancos são os que têm um leque mais vasto de atuação. Segundo o art.º4, n.º.1, do Decreto-Lei 298/92, “*os bancos podem efetuar as operações seguintes:*

- a) Receção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis;*
- b) Operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos, locação financeira e factoring;*
- c) Serviços de pagamento, tal como definidos no artigo 4.º do regime jurídico que regula o acesso à atividade das instituições de pagamento e a prestação de serviços de pagamento;*
- d) Emissão e gestão de outros meios de pagamento, não abrangidos pela alínea anterior,*

*tais como cheques em suporte de papel, cheques de viagem em suporte de papel e cartas de crédito;*

*e) Transações, por conta própria ou da clientela, sobre instrumentos do mercado monetário e cambial, instrumentos financeiros a prazo, opções e operações sobre divisas, taxas de juro, mercadorias e valores mobiliários;*

*f) Participações em emissões e colocações de valores mobiliários e prestação de serviços correlativos;*

*g) Atuação nos mercados interbancários;*

*h) Consultoria, guarda, administração e gestão de carteiras de valores mobiliários;*

*i) Gestão e consultoria em gestão de outros patrimónios;*

*j) Consultoria das empresas em matéria de estrutura do capital, de estratégia empresarial e de questões conexas, bem como consultoria e serviços no domínio da fusão e compra de empresas;*

*l) Operações sobre pedras e metais preciosos;*

*m) Tomada de participações no capital de sociedades;*

*n) Mediação de seguros;*

*o) Prestação de informações comerciais;*

*p) Aluguer de cofres e guarda de valores;*

*q) Locação de bens móveis, nos termos permitidos às sociedades de locação financeira;*

*r) Prestação dos serviços e exercício das atividades de investimento a que se refere o artigo 199.º-A, não abrangidos pelas alíneas anteriores;*

*s) Outras operações análogas e que a lei lhes não proíba.”*

Todas as outras instituições e sociedades de crédito, só estão autorizadas a efetuar as operações permitidas pelas normas legais e regulamentares que regem a sua atividade (art.º 4, n.º 2 e art.º 7, ambos do mesmo diploma).

Pelo facto de serem responsáveis por um número maior de operações do que qualquer outra Instituição ou Sociedade, os bancos foram escolhidos para fazer parte da amostra deste estudo.

É ao Banco de Portugal que compete “exercer a supervisão das instituições de crédito, sociedades financeiras e outras entidades que lhe sejam legalmente sujeitas, nomeadamente

estabelecendo diretivas para a sua atuação e para assegurar os serviços de centralização de riscos de crédito, nos termos da legislação que rege a supervisão financeira.” (art.º 17º - Exercício da supervisão - Lei Orgânica do Banco de Portugal)<sup>6</sup>.

No seu *website*, o separador “*Supervisão*” permite a consulta de vários assuntos entre os quais as contas das instituições e as que estão autorizadas a exercer atividade. Ao aceder à parte das instituições autorizadas, há a hipótese de fazer uma consulta por tipo e/ou por nome de cada uma delas. Ao pesquisar por tipo de instituição e por banco, surge então uma lista de 35 nomes de bancos autorizados a exercer atividade em Portugal (<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisão/Paginas/Instituicoesautorizadas.aspx> acedido em 24/02/2012).

A primeira informação que é disponibilizada quando selecionamos cada um dos bancos – detalhe da instituição - tem a ver com a denominação da instituição, o código, o tipo, a data de início de atividade, a morada e código postal, a localidade e o capital subscrito e o realizado. Existe ainda uma ligação direta que possibilita a consulta de decisões associadas e contas publicadas.

Para a definição da primeira amostra, foram escolhidos os dois únicos indicadores quantitativos - Capital subscrito e o Capital realizado - que surgem neste detalhe de instituição elaborado pelo Banco de Portugal. Através deles, foi construída uma tabela com todos os capitais subscritos e realizados dos 35 bancos. A tabela está construída por ordem crescente do valor do Capital Subscrito e Realizado (anexo 1).

Fazendo uso de um quadro resumido (Quadro 5), constatamos que o capital subscrito e realizado dos primeiros quatro bancos perfazem dois terços (75,41%) da totalidade total do Capital subscrito e realizados de todos os Bancos que estão autorizados a exercer a sua atividade pelo Banco de Portugal.

Cerca de 90% é representado por dez dos bancos e os restantes 25 bancos apenas representam 10 %.

---

<sup>6</sup> Aprovada pela Lei nº 5/98, de 31 de Janeiro, e respetivas alterações: Decreto-Lei nº 118/2001, de 17 de Abril; Decreto-Lei nº 50/2004, de 10 de Março; Decreto-Lei nº 39/2007, de 20 de Fevereiro; e Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de Fevereiro.

## A influência da RSE na escolha do banco

Quadro 5 – Capital Subscrito e Realizado por Banco (tabela resumida)

BANCOS	CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO (EUROS)	% do Capital Subscrito e Realizado em relação ao total dos bancos	% do Capital Subscrito e Realizado em relação ao total dos bancos (acumulados)
1-BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA	6.064.999.986,00	28,17%	28,17%
2-CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	5.150.000.000,00	23,92%	52,09%
3-BANCO ESPÍRITO SANTO, SA	4.030.232.150,14	18,72%	70,81%
4-BANCO BPI, SA	990.000.000,00	4,60%	75,41%
5/10 – BANCOS SEGUINTE	-	-	90,65%
11/35 – BANCOS SEGUINTE	-	-	100%
TOTAL	21.493.538.512,14	100,00%	

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Banco de Portugal consultada em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisão/Paginas/Instituicoesautorizadas.aspx> acessado em 24/02/2012

Um estudo realizado pelo Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS, sigla inglesa), em cooperação com o Banco Central Europeu (BCE) e conduzido pelo Banco de Portugal, considera estes mesmos quatro bancos como os maiores grupos bancários portugueses representativos de cerca de 74 % do sistema bancário nacional em 2009 (exercício de stress na União Europeia – principais resultados para os bancos portugueses – 23 julho 2010).

O Banco Comercial Português, a Caixa Geral de Depósitos, o Banco Espírito Santo e o Banco BPI, são aqueles que tendo em conta os parâmetros escolhidos e anteriormente explicados, representam cerca de 75 % dos bancos. Esta percentagem é considerada, suficientemente, representativa para constituir a primeira amostra deste estudo.

### 4.1.2. Instituições apoiadas

Da análise efetuada aos Relatórios e Contas, aos Relatórios de Sustentabilidade e aos *websites* dos bancos temos que a informação divulgada em relação à sua RSE é categorizada na maioria das vezes em colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, produtos e serviços, ambiente e envolvimento com a comunidade.

Este estudo, apenas, irá ter em conta as políticas de RSE definidas no âmbito do envolvimento com a comunidade. É sobretudo a este nível que os bancos definem quais as instituições externas ao banco que se enquadram nas suas políticas de RSE.



## A influência da RSE na escolha do banco

---

A segunda amostra a ser definida tem a ver com as instituições apoiadas no âmbito das políticas de RSE dos bancos. Todo este processo esteve estruturado em quatro fases e foi elaborado com o auxílio da ferramenta de cálculo Microsoft Excel.

Na primeira fase foi construída uma tabela para cada banco, onde se listaram por ano, todos os projetos apoiados. Estes projetos foram divididos pelas áreas de educação, cultura, desporto, beneficência e património (Anexo 2, 3, 4 e 5). Todas elas foram usadas pelos bancos como categorias para definir as suas estratégias de RSE.

Numa segunda fase apuraram-se o número de projetos apoiados durante o triénio 2008/2010 por cada uma das áreas referida anteriormente (Anexo 2, 3, 4 e 5).

A terceira foi identificar as áreas em que os bancos tinham apoiado mais projetos, definindo por banco a área eleita.

A quarta e última fase consistiu em, das áreas identificadas na fase anterior e consideradas privilegiadas pelos bancos, assinalar as instituições/projetos que foram apoiadas durante todo o triénio, valorizando assim a continuidade e sustentabilidade do apoio e desvalorizando qualquer apoio pontual que eventualmente possa ter ocorrido.

Todo este processo deu origem às seguintes 26 instituições representativas no período 2008/2010 as quais foram apoiadas de forma continuada pelos bancos analisados neste estudo:

Abraço; Banco Alimentar; Fundação Infantil Ronald McDonald; Refúgio Aboim Ascensão; Unicef; Entreaajuda - Apoio a Instituições de Solidariedade Social; Associação de Doentes com Lupus; Terra dos Sonhos; Movimento ao Serviço da Vida; Associação Ajuda de Berço; Associação Operação Nariz Vermelho; Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras; Instituto da Imaculada; Crescerser – Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família; Centro CADin ; Associação Novo Futuro; APPDA – Lisboa; Cáritas Portuguesa; Associação Portuguesa de Osteoporose (APO); Associação dos Leigos para o Desenvolvimento; Cedema; Associação dos Amigos do Hospital Santa Maria; Igreja paroquial de São Nicolau; Cruz Vermelha Portuguesa; Pro-Dignitate; Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM).



### 4.2. Caracterização da amostra

Para o desenvolvimento desta investigação, torna-se pertinente enquadrar de forma resumida cada sujeito pertencente a cada amostra selecionada.

#### 4.2.1. Bancos

Toda a caracterização desta amostra foi baseada em informação divulgada na página da *Internet* de cada banco, acedida no período de 5 de março a 10 de março de 2012.

➤ O Banco Comercial Português (BCP) constituído em junho de 1985. O BCP, atuando no mercado sob a marca Millennium bcp, é o maior banco privado português e tem o seu centro de decisão em Portugal. É o segundo maior em termos de quota de mercado, ocupando assim uma posição importante do mercado financeiro português ( <http://millenniumbcp.pt>, acedido em 2 de abril de 2012).

O Millennium bcp divulga pela primeira vez, em 2004, um Relatório de Responsabilidade Social, designado “Responsabilidade Social 2004 Sempre Melhor”. No ano seguinte, passou a publicar anualmente um Relatório de Sustentabilidade, disponibilizando-o aos órgãos sociais, acionistas e público em geral, conjuntamente com o Relatório e Contas.

Pela primeira vez em 2008, um dos capítulos do Relatório de Sustentabilidade de 2008 foi dirigido ao envolvimento na sociedade. O Millennium bcp foi considerado pelo Ministério da Cultura, como principal mecenas institucional em 2009.

Em 2009, a provar que as matérias de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social têm vindo a ganhar terreno, o Conselho Geral e de Supervisão, atribui novas competências à Comissão de Governo Societário, que se passou a chamar Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário. Esta alteração teve como objetivo agilizar as respostas do Millennium bcp aos novos desafios à responsabilidade social, promovendo assim uma maior responsabilização dentro do próprio Banco.

O Relatório e Contas de 2009 contém um novo capítulo, com o objetivo de facilitar a comunicação das estratégias e iniciativas do Banco. Este capítulo é complementado por uma versão integral autónoma, designada Relatório de Sustentabilidade 2009.

A política de responsabilidade social empresarial desta instituição bancária assenta em quatro grandes grupos de atuação: Clientes, colaboradores, comunidade e desempenho ambiental.

No âmbito dos apoios à comunidade, “o Millennium bcp assume o compromisso de contribuir para o bem comum, através da promoção de iniciativas que beneficiem a comunidade, nas vertentes da cultura, da educação e da solidariedade.” (Relatório de Sustentabilidade 2009- Millennium bcp)

O Millennium bcp, em relação à comunidade em que está inserido, privilegiou em 2009, cinco áreas distintas: Educação, Cultura, Desporto, Beneficência e Património Artístico.

Para a atribuição destes apoios foram tidos em conta aspetos como o impacto dos projetos na comunidade, promovidos por instituições com mérito reconhecido e com competência específica na área intervencionada, com capacidade para a sua concretização. O Millennium bcp tem também em conta o grau de afinidade que estes projetos têm com os seus próprios valores e se irão contribuir para o bom nome da marca.

➤ A Caixa Geral de Depósitos (CGD) foi criada pela Carta de Lei de 10 de abril de 1876, no Reinado de D. Luís e apenas em 1993 foi transformada em Sociedade Anónima, passando a reger-se pelas mesmas normas das empresas privadas do setor.

Em 1988, após muitas alterações ao nível do seu enquadramento jurídico, foi constituído o Grupo CGD com a tomada de participações maioritárias no Banco Nacional Ultramarino (BNU) e na Fidelidade que haviam sido transformadas em sociedades de capitais, exclusivamente, públicos. Um ano mais tarde é adquirido o domínio integral do *Banque Franco Portugaise*, através do BNU e o *Banco Luso Español* e o Banco de Extremadura foram adquiridos em 1991.

A criação da Caixa Geral de Depósitos, S.A., deu-se no dia 20 de agosto de 1993, com a aprovação do novo regime estatutário nos termos do código das sociedades comerciais.

Atualmente, a CGD está presente de forma integrada em todos os quadrantes do negócio bancário, nomeadamente: banca de investimento, corretagem e capital de risco, imobiliário, seguros, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico.

A CGD é o maior banco público em Portugal e segundo a Associação Europeia de Bancos Públicos (EAPB), Portugal é caso único a ter um banco público líder de mercado.

Na sua página da *Internet*, é possível consultar os Relatórios e Contas desde o ano de 2005. Até 2007, todos os Relatórios e Contas continham um capítulo destinado a divulgar as suas ações de RSE.

Em 2008, a CGD publicou pela primeira vez o Relatório de Sustentabilidade. Deste relatório consta toda a informação referente às políticas de RSE, deixando assim de a divulgar no Relatório e Contas.

O Relatório de Sustentabilidade de 2008 é composto por seis fascículos independentes – Institucional, colaboradores, ambiente, comunidade, clientes particulares e clientes empresa. Todos eles se complementam e no seu conjunto vão ao encontro dos requisitos da GRI (Relatório de Sustentabilidade da CGD – 2008).

O Relatório de Sustentabilidade de 2009 é composto por dois cadernos independentes – Caderno Institucional e o Caderno Técnico GRI. O Caderno Institucional, tem como finalidade responder às expetativas dos *stakeholders* da CGD. Estas expetativas foram definidas através de uma consulta direta aos mesmos, que identificou os assuntos relevantes a relatar. O Cadernos GRI, tem como objetivo ir ao encontro dos requisitos da GRI (Relatório de Sustentabilidade da CGD – 2009).

A CGD assume, na mensagem do Presidente que consta do Relatório de Sustentabilidade de 2010, que *“a gestão baseada na Sustentabilidade assume cada vez maior importância, uma vez que diz respeito à responsabilidade da CGD na sua relação com os Clientes, Colaboradores e Comunidade.*

De facto, este Relatório de Sustentabilidade dá ênfase não só à informação relacionada com todos eles - *Clientes, Colaboradores e Comunidade*, mas também à informação sobre projetos relacionados com a proteção do ambiente (Relatório de Sustentabilidade da CGD – 2010).

➤ O Banco Espírito Santo (BES) teve origem na atividade de José Maria do Espírito Santo e Silva que, em 1869, exercia diversas operações financeiras na sua “caza de cambio”.

Hoje em dia, o BES está estruturado em diferentes unidades de negócio, que determinam uma maior especialização: banca, banca de investimentos, capital de risco, crédito especializado, gestão de ativos e seguros.

O BES é, atualmente, o mais internacional dos bancos privados portugueses, estando presente em 23 países e 4 continentes. A internacionalização tem sido um fator determinante

para compensar a contração do mercado doméstico. No entanto o triângulo estratégico, Península Ibérica, Angola e Brasil, continua a ser o que mais contribui para o total gerado pelas unidades no estrangeiro.

No seu sítio da *Internet* pode ser encontrada muita informação relacionada com sustentabilidade, envolvimento com *stakeholders*, patrocínios, inovação e empreendedorismo, biodiversidade e alterações climáticas e cidadania responsável. De uma forma rápida e clara, os *stakeholders* obtêm informação acerca de toda a atividade do BES, fora do âmbito do seu *core business*.

O BES publica os seus Relatórios de Sustentabilidade desde 2003, assumindo assim “o compromisso de anualmente reportar a atividade desenvolvida no âmbito da sustentabilidade aos seus diversos stakeholder” (Relatório de Sustentabilidade de 2003 – BES).

Os Relatórios de Sustentabilidade do BES estão estruturados fundamentalmente em relação com colaboradores, relação com clientes, comunidade, ambiente, fornecedores e acionistas.

Desde 2004, que os Relatórios de Sustentabilidade passaram a incluir um capítulo destinado aos indicadores da GRI e conceitos base do desenvolvimento sustentável.

A partir de 2010, a informação sobre a performance em sustentabilidade do BES passou a estar reportada no Relatório e Contas, na Brochura de Sustentabilidade e no *Website* corporativo dedicado à sustentabilidade.

➤ Em março de 1985, a Sociedade Portuguesa de Investimentos (SPI) transformou-se no que é hoje o Banco Português de Investimento, adquirindo a possibilidade de captar depósitos à ordem e a prazo, conceder crédito a curto prazo, intervir nos mercados interbancários e praticar operações cambiais.

Em 1986, ocorreu a abertura do capital e a admissão das ações à cotação nas Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto.

Em agosto de 1991, o BPI adquiriu o Banco Fonsecas & Burnay (BFB), o que lhe assegurou a entrada na banca comercial e lhe permitiu um aumento de dimensão, rumo ao processo de concentração no sistema financeiro português, na ótica de assegurar a oferta do espectro completo de serviços financeiros a empresas e particulares. Estabeleceu, então, uma parceria com o Grupo Itaú, iniciada com a participação no BFB que, em 1993, foi convertida numa participação no próprio BPI, tendo passado a ser um dos seus acionistas de referência.

Em novembro de 1995, o BPI foi transformado numa *holding* bancária sob a forma de SGPS, passando a ser a única sociedade do Grupo cotada na Bolsa de Valores, controlando o BFB e o BPI.

Em outubro de 1996, com a aquisição do Banco de Fomento e Exterior (BFE) e do Banco Borges & Irmão (BBI), iniciou-se o processo de integração dos três bancos do Grupo BPI, que culminaria, na atual estrutura do Banco Português de Investimento. Através dessa fusão o banco passou a deter a maior rede de balcões de marca única em Portugal.

Em Angola, o BPI é líder na atividade de banca comercial com uma quota de mercado superior a 23%, através do Banco de Fomento Angola, que detém a 50.1%. O Grupo BPI mantém escritórios de representação internacionais no Reino Unido, Alemanha, França, Luxemburgo, Suíça, África do Sul, Venezuela, Estados Unidos da América e Canadá.

No âmbito da divulgação da RSE, o BPI optou por enquadrá-la no seu Relatório e Contas. Neste capítulo aborda as questões sobre as relações com investidores, qualidade do serviço, valorização dos Recursos Humanos e mecenato. Dentro das questões relacionadas com o mecenato, o BPI divulga as ações em que esteve envolvido nas áreas da solidariedade social, cultura, educação e ambiente.

### 4.2.2. Instituições apoiadas

É importante salientar que sempre que não haja referência em contrário, as instituições que fazem parte da amostra são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Toda a sua caracterização foi baseada nas informações constantes na sua página da *Internet*, acedida no período de 17 de março a 30 de março de 2012.

➤ A ABRAÇO foi constituída em 1992 e tem sede em Lisboa. Além de ser uma IPSS é também uma Organização Não-Governamental de Desenvolvimento, sem fins lucrativos. “Os objetivos da Associação são: apoio a pessoas afetadas pelo VIH/SIDA; apoio, treino e formação de trabalhadores e técnicos de saúde envolvidos com o VIH; prevenção da infeção, dirigida à população em geral e, especialmente, aos jovens, utilizadores de droga, trabalhadores do sexo, mulheres, *gays*, *transgenders* e reclusos; luta contra a discriminação e defesa dos direitos das pessoas infetadas.”

➤ O primeiro Banco Alimentar contra a fome foi criado em Portugal em 1990 e tem sede em Lisboa. A sua missão é “Lutar contra o desperdício, recuperando excedentes

## A influência da RSE na escolha do banco

---

alimentares para os levar a quem tem carências alimentares, mobilizando pessoas e empresas, que a título voluntário, se associam a esta causa”.

➤ A Fundação Infantil Ronald McDonald foi criada em 2000 e tem sede em Lisboa. O seu objetivo é a “promoção e a realização de iniciativas que contribuam para o bem-estar as crianças e das suas famílias”.

➤ O Refúgio Aboim Ascensão nasceu em 1985, tem sede em Faro e é uma Instituição Particular Cristã de Solidariedade. O seu objetivo é “reencaminhar a Criança para a sua Família Biológica ou quando tal não for possível, promover a sua família Biológica ou quando tal não for possível, promover a sua adoção, após competente decisão dos Tribunais.”

➤ Em 1979 foi criado um comité português para a UNICEF. É uma organização não governamental com o estatuto de Associação de utilidade pública, com sede em Lisboa. O seu objetivo é a “promoção e defesa dos direitos de todas as crianças e de sensibilização do público para o apoio aos seus programas da UNICEF nos países em desenvolvimento.”

➤ A Instituição ENTREAJUDA – Apoio a Instituições de Solidariedade Social, foi criada em 2004 e tem sede em Lisboa. Tem como objetivo “permitir às instituições melhorarem os serviços prestados aos beneficiários, dotando-as de um conjunto de instrumentos e recursos de gestão e de organização capazes de potenciar não só a eficiência dos seus meios como a eficácia dos seus resultados.

Mobilizar e facilitar o envolvimento de pessoas e empresas que pretendam associar-se com a sua boa vontade, colocando à disposição das instituições de solidariedade social o seu trabalho, o seu conhecimento, a sua experiência, os produtos e serviços que produzem ou fornecem.

➤ A Associação Doentes com Lupus foi constituída em 1997 e tem a sua sede em Lisboa. O objetivo desta Associação é “prestar apoio médico e educacional aos Doentes de Lupus e seus familiares”.

➤ Fundada em 2007, a Instituição Terra dos Sonhos tem sede em Lisboa. Tem como objetivo a “realização dos sonhos de crianças e jovens diagnosticados com doenças crónicas e /ou em estado avançado de doença, crianças e jovens carenciados e idosos”.

- O Movimento ao Serviço da Vida foi fundado em 1991 tem a sua sede em Lisboa. Tem como objetivo criar projetos de apoio às crianças e jovens em perigo, pessoas sem-abrigo e idosos.
- A Associação Ajuda de Berço foi criada em 1998. Tanto a sua sede como a duas casas de apoio, situam-se em Lisboa. A Missão desta Associação é “testemunhar o respeito pela Vida Humana e o acolhimento de crianças abandonadas ou em situação de risco, desde que nascem até aos 3 anos de idade”.
- A Associação Operação nariz vermelho foi oficialmente constituída em 2002. A sede desta associação situa-se em Lisboa. O objetivo é “assegurar de forma contínua um programa de intervenção dentro dos serviços pediátricos dos hospitais portugueses, através da visita de palhaços profissionais. Estes artistas, têm formação especializada no meio hospitalar e trabalham em estreita colaboração com os profissionais de saúde, realizando atuações adaptadas a cada criança e a cada situação.”
- Em 2002 é criada a Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras, com sede em Lisboa. O seu principal objetivo é “apoiar doentes, famílias e todos os que convivem de perto com as Doenças Raras.”
- O Instituto da Imaculada, para pessoas com necessidades especiais, foi criado em 1936, pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada. Tem como objetivos, desenvolver competências cognitivas, motoras; organizar e dinamizar atividades que promovam o exercício da autonomia, principalmente na satisfação das necessidades básicas de alimentação, higiene e vestuário; desenvolver a vertente comunicacional nos seus aspetos recetivos e expressivos; promover o gosto pelo envolvimento em situações de interação e comunicação; facilitar a participação em atividades interpessoais.
- A CRESCERSER – Associação portuguesa para os direitos dos menores e da família, foi fundada em 1986. A sua sede social situa-se em Lisboa e já possui 7 casas de acolhimento. Desenvolve a sua atividade nos “domínios da proteção e defesa dos direitos da criança e da família.”



- Centro CADIn – Centro de apoio ao desenvolvimento infantil, é criado em 2003. Tem a sua sede em Lisboa e conta já com um pólo em Setúbal. Visa “cuidar de crianças, jovens e adultos com perturbações do desenvolvimento, oferecendo-lhe a melhor qualidade técnica na avaliação e tratamento”.
- Associação novo futuro foi constituída em 1996 e tem sede em Lisboa. A sua missão é “ apoiar crianças e jovens, preferencialmente grupos de irmãos – sem distinção de idade, sexo, raça ou religião – que estejam privados de um ambiente familiar estável, facultando-lhes pequenos Lares um acolhimento que lhes garanta bem-estar, afeto e educação, preservando a sua privacidade e intimidade, criando as condições que permitam o seu desenvolvimento e formação humana até à sua integração na sociedade.”
- A APPDA-Lisboa - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo. Foi fundada em 1972 por um grupo de familiares de pessoas com autismo. A sua sede social é em Lisboa, onde possui também um Centro Residencial. Tem o objetivo de prestar serviço às pessoas com perturbações do desenvolvimento do espectro do autismo e às pessoas com elas significativamente relacionadas, promovendo a defesa e o exercício dos respetivos direitos e a aquisição e melhoria de qualidade de vida.
- A Cáritas Portuguesa é uma Instituição oficial da Conferência Episcopal Portuguesa, vocacionada para a promoção e dinamização da ação social da Igreja. Integra também a plataforma portuguesa da Organização Não-Governamental de Cooperação para o desenvolvimento (ONGDs). Os seus objetivos são a conservação do meio ambiente sustentável, a formação de agentes de voluntariado, a intervenção junto dos centros de decisão política, os processos de desenvolvimento local, a promoção da autonomia de cada homem e mulher e a assistência e apoio nas emergências.
- APO – Associação portuguesa de Osteoporose. Esta Associação não possui uma página na *Internet*. Através do telefone disponibilizado num Portal de doenças reumáticas ( <http://www.pdr.pt/>, acedido em 25 de março de 2012), foi efetuado um pedido



## A influência da RSE na escolha do banco

---

de informação acerca do ano de constituição, localização da sede e seus objetivos. No entanto, não foi possível estabelecer contacto com o responsável.

➤ Associação Leigos para o Desenvolvimento nasceu formalmente em 1986 e é reconhecido oficialmente como uma ONGD e tem o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública. “Atualmente com projetos de Desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor e Portugal”, atua nas áreas da educação, da saúde, da capacitação de organizações da sociedade civil e da ação social e desenvolvimento comunitário.

➤ Cedema - Associação de pais e amigos dos deficientes mentais e adultos, foi fundada em 1982 por um grupo de pais de filhos deficientes mentais. Tem a sua sede Lisboa e tem por Missão, “o atendimento, o alojamento, a reabilitação, o bem-estar, a felicidade e a inclusão social da pessoa adulta portadora de deficiência mental desenvolvendo e promovendo as suas capacidades, assim como o apoio às suas famílias e todas as suas formas e vertentes.”

➤ Associação dos Amigos do Hospital Santa Maria desenvolve a sua atividade desde 1992. Esta instituição tem como objetivo “proporcionar uma melhor qualidade de vida aos doentes.”

➤ Igreja paroquial de São Nicolau está situada em Lisboa na freguesia de São Nicolau. Possui um centro social de apoio aos idosos e à pessoa só. Está organizada sobretudo no sentido de motivar a comunidade a ajudar quem mais precisa, tanto ao nível da recolha de alimentos e outros bens como ao nível de ajuda económica para bolsas de estudo.

➤ A Cruz Vermelha Portuguesa foi fundada em 1865 e tem a sede em Lisboa. A Cruz Vermelha atua mediante os seus sete princípios fundamentais: humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade. Tem como objetivo “prevenir e aliviar o sofrimento humano, em todas as circunstâncias; proteger a vida e a saúde; promover o respeito pela pessoa humana; de favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.”

➤ A Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos, foi fundada em 1994, com o objetivo de “prevenir a violência e promover os direitos humanos através de estudos científicos, de planeamento e avaliação de medidas de prevenção e de outras ações dirigidas à defesa dos referidos direitos.”. Esta Fundação tem a sua sede social em Lisboa.

➤ A Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) é uma associação “dedicada à divulgação, ao desenvolvimento do ensino e da investigação matemática em Portugal. As suas atividades incluem a edição de livros e revistas, a organização de eventos e congressos, palestras e encontros científicos e ações de formação, entre outros. Organiza também as Olimpíadas Portuguesas de Matemática, uma competição dedicada aos jovens do ensino básico e secundário. Reúne professores e investigadores de matemática, interessados no progresso da disciplina no país. “. Tem sede em Lisboa e três delegações - Norte, Centro, Sul e Ilhas.

### **4.3. Recolha de dados**

#### **4.3.1. Bancos**

Tendo por base a folha de cálculo Microsoft Excel foram elaboradas quatro tabelas, uma por cada banco e divididas em cinco áreas: educação, cultura, desporto, beneficência e património.

Foram listadas por banco e área todos os projetos apoiados no triénio 2008/2010. (Anexos 2,3,4,5)

Por cada projeto identificado nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios e Contas analisados, foi atribuído o valor 1. Este processo deu origem à soma de projetos por área, apurando-se desta forma a área privilegiada de cada banco. Esta área é aquela que engloba por banco o maior número de projetos apoiados. O número de projetos foi o critério escolhido para apurar as áreas privilegiadas, na medida em que os Relatórios analisados não continham informação suficiente, nem em termos de custos nem em termos de intervenientes envolvidos na maioria dos projetos.

Por último, de todas estas áreas consideradas privilegiadas pelo banco em termos de concessão de apoios, foram assinaladas as instituições que foram apoiadas continuamente

durante o decorrer de todo o triênio, valorizando assim a continuidade e sustentabilidade do apoio, em detrimento do apoio pontual que eventualmente possa ter ocorrido.

Este processo deu origem às vinte e seis instituições que fazem parte de uma das amostras deste estudo.

### 4.3.2. Instituições apoiadas

Foi realizado um pré-teste do questionário elaborado, para aferir da elegibilidade do mesmo. O objetivo era compreender se o questionário estava compreensível para os seus destinatários. Foram pedidos a quatro diretores de instituições sem fins lucrativos, com uma vertente social, que fizessem parte deste pré-teste. As instituições foram selecionadas por existir um conhecimento pessoal, tendo sido explicado previamente o objetivo da sua participação e o âmbito do estudo.

Este pré-teste originou a reformulação da questão 6, na medida em que não estaria formulada da forma mais correta. Nas respostas recolhidas do questionário de pré-teste, verificou-se que o entendimento que se poderia fazer era de que não seria necessário valorizar todos os critérios mencionados. Duas das respostas, ou seja, 50% da recolha de dados deste pré-teste, foram consideradas inválida uma vez que não estavam valorizados todos os critérios.

Assim, passou-se desta redação: - *Numa escala de 1 a 5, valorize cada um dos critérios no momento de abertura e/ou mudança de Banco. Sendo que 1 é o critério com menos importância e o 5 o critério com mais importância*”, para esta “ *Numa escala de 1 a 5, valorize TODOS os critérios no momento de abertura e/ou mudança de Banco. Sendo que 1 é o critério com menos importância e o 5 o critério com mais importância*”.

Este pré-teste foi crucial para o melhoramento e eficácia do questionário utilizado neste estudo.

Seguidamente efetuou-se uma pesquisa utilizando a internet, para compilar alguns dados da empresa: nome, telefone, fax, morada, endereço de correio eletrónico e nome do Presidente da Instituição.

Esta pesquisa deu origem a fichas de controlo de todo o processo do envio e receção de respostas (Anexo 6). Para isso, além da informação referida no parágrafo anterior, cada ficha continha dois campos de controlo: um de “questionário enviado” e outro de “questionário recebido”.

## A influência da RSE na escolha do banco

Com o recurso à ferramenta de relatório disponibilizada pelo *Google Docs*, o questionário (Anexo 7) foi colocado *on-line*.

O procedimento seguinte foi enviar por *e-mail*, para cada uma das instituições um pedido de preenchimento do questionário. No *e-mail* seguia uma pequena apresentação do estudo, informação sobre a importância da participação da instituição no questionário e uma explicação relativa ao modo de responder ao mesmo (Anexo 8).

O questionário foi enviado por correio eletrónico sempre que este estava disponível no site da instituição. Para garantir a fiabilidade dos dados fornecidos através da internet, solicitava-se que simultaneamente enviassem um *e-mail* a dar conhecimento que o tinham feito, para garantir que uma determinada observação tinha sido realmente fornecida pela instituição a que dizia respeito.

Quando o endereço de *e-mail* não esteve disponível, carta e questionário foram enviadas por fax, tendo sido a receção das respostas feita também por este meio. Sempre que houve receção de questionário por faxe ou por *e-mail*, foi enviada uma mensagem de agradecimento.

Pela análise do quadro 6 verifica-se que a recolha de dados foi realizada em duas fases, entre o mês de março e abril de 2012, tendo sido recolhidos 12 questionários, num total de 26 enviados.

Quadro 6: Taxa de resposta do Questionário

	1ª Fase – março 2012	2ª Fase – abril 2012	Total
Questionários enviados			26
Respostas recolhidas	7	5	12
Taxa de resposta			46%

Fonte: Elaboração própria com base na recolha de dados entre março a abril de 2012

Na primeira fase, que ocorreu em março de 2012, responderam de imediato cerca de 27% da amostra. Em abril, foram feitos telefonemas para os responsáveis das instituições que, ainda não tinham respondido, procurando obter um compromisso de o fazerem mais tarde. Simultaneamente foram enviados para estes contatos nova mensagem de correio eletrónico, lembrando a questão e solicitando alguma celeridade na resposta. Na segunda

fase, resultou a recolha de mais 5 inquéritos. A taxa de resposta foi bastante elevada tendo atingido quase metade dos questionários enviados.

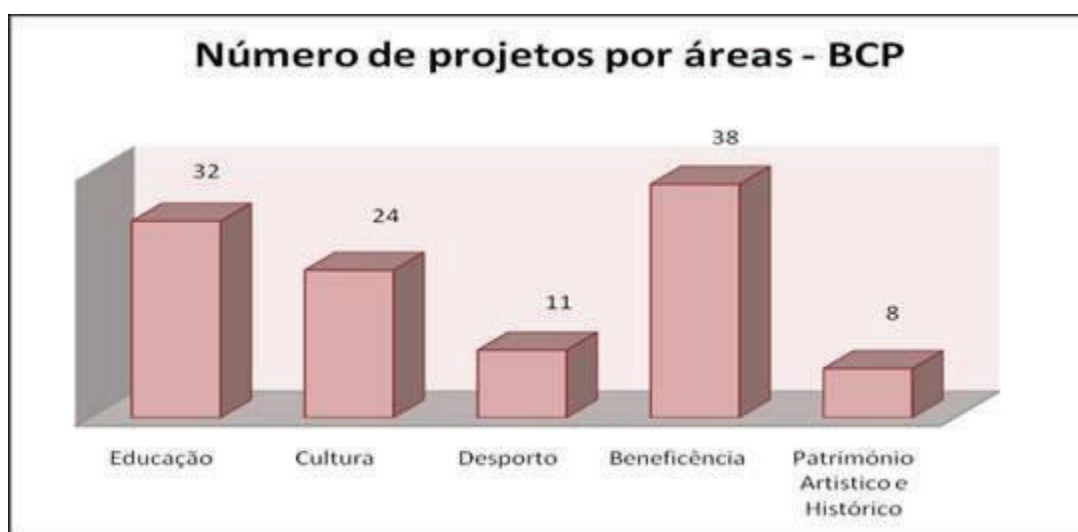
### 4.4 Limitações da metodologia usada

A metodologia escolhida para esta investigação apresenta algumas limitações no que diz respeito à recolha de dados, nomeadamente com fatores que se prendem com a amostra das instituições. De facto, do critério escolhido para selecionar esta amostra resultou um número reduzido de instituições, sendo que apenas 46% responderam ao questionário.

## 5. Resultados e discussão dos dados obtidos

Da análise realizada aos dados do Millennium bcp, resultou que a área mais apoiada foi a Beneficência, com 38 projetos, seguida da Educação com 32 projetos (Figura 3).

Figura 3: Número de projetos por área – Millennium bcp



Fonte: Elaboração própria

Para este banco, a área privilegiada no triénio 2008/2010 foi a Beneficência, mas que apenas 4 projetos foram apoiados durante todo o período; Banco Alimentar Contra a Fome, Fundação Ronald McDonald, Refúgio Aboim Ascensão e Unicef.

Em relação à Caixa Geral de Depósitos verificou-se que a área mais apoiada em termos de número de projetos foi igualmente a área da Beneficência, com 73 projetos

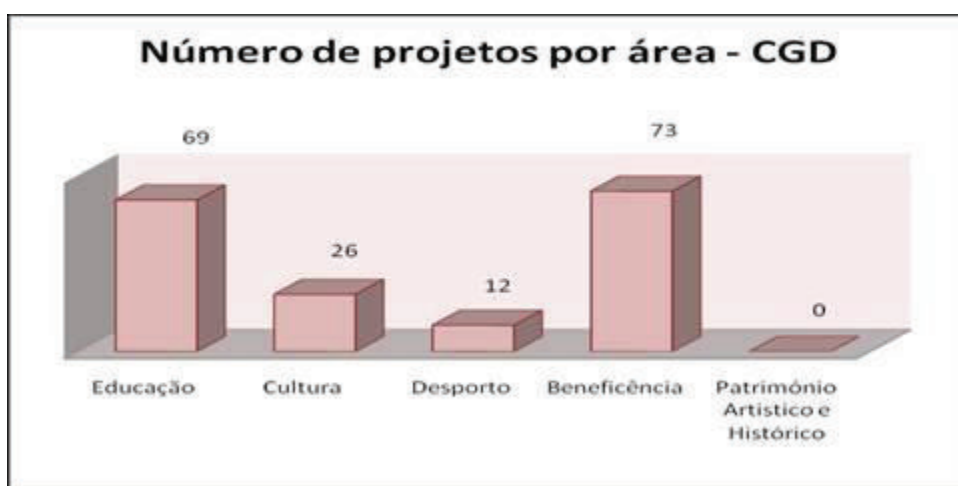
## A influência da RSE na escolha do banco

---

apoiados, tendo também a Educação sido bastante apoiada com 69 projetos, como mostra o Figura 4. A CGD não apoiou nenhum projeto ou instituição ligada ao Património Artístico e Histórico.

Dos 73 projetos apoiados, apenas 4 foram de modo sistemático durante todo o período analisado: Entreatajuda, Banco Alimentar Contra a Fome, Associação de Doentes com Lupus e Terra dos Sonhos.

Figura 4: Número de projetos por áreas – CGD



Fonte: Elaboração própria

Os apoios concedidos no triénio pelo Banco Espírito Santo, foram indubitavelmente, em maior número de projetos na área da Educação com 35 projetos apoiados. O BES neste período não divulgou nenhum apoio na área do Desporto e Património, como se ilustra a Figura 5.

Figura 5: Número de projetos por área – BES



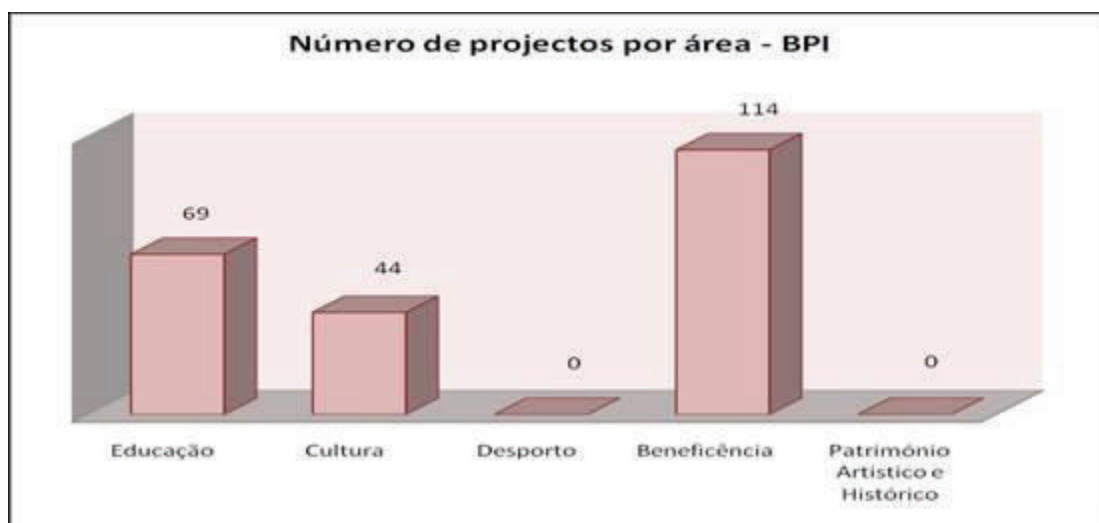
Fonte: Elaboração própria

A área privilegiada do BES é a Educação. Dos 35 projetos apoiados, 6 foram-no durante todo o triénio: Concurso Nacional de Inovação do BES, Prémio Ciência Escola, Sociedade Portuguesa de Matemática e Ciclo de Conferências no âmbito do Programa “Futuro sustentável”.

Em relação ao Banco Português de Investimentos, a área privilegiada foi a Beneficência com 114 projetos, seguida da Educação com um apoio divulgado a 69 projetos. (Figura 6). Não foi divulgada nenhuma informação de apoios dados na área do Desporto e do Património.

Dos 114 projetos, 18 foram apoiados durante os três anos analisados; MSV – Movimento ao Serviço da Vida, Ajuda de Berço, Operação Nariz Vermelho, Associação Raríssimas, Instituto de surdos - mudos da Imaculada Conceição, Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família, CADin, Associação Novo Futuro, Pro-Dignitate, Igreja Paroquial São Nicolau, Cruz Vermelha Portuguesa, Associação de amigos do Hospital de Santa Maria, CEDEMA, Associação dos Leigos para o Desenvolvimento, APPADA, Caritas Portuguesa, Associação Portuguesa de Osteoporose, ABRAÇO.

Figura 6: Número de projetos por área – BPI



Fonte: Elaboração própria

À exceção do BES, que tem como área privilegiada a Educação, todos os outros bancos apresentam como privilegiada a Beneficência, tendo em conta o critério do número de projetos apoiados como já se referiu.

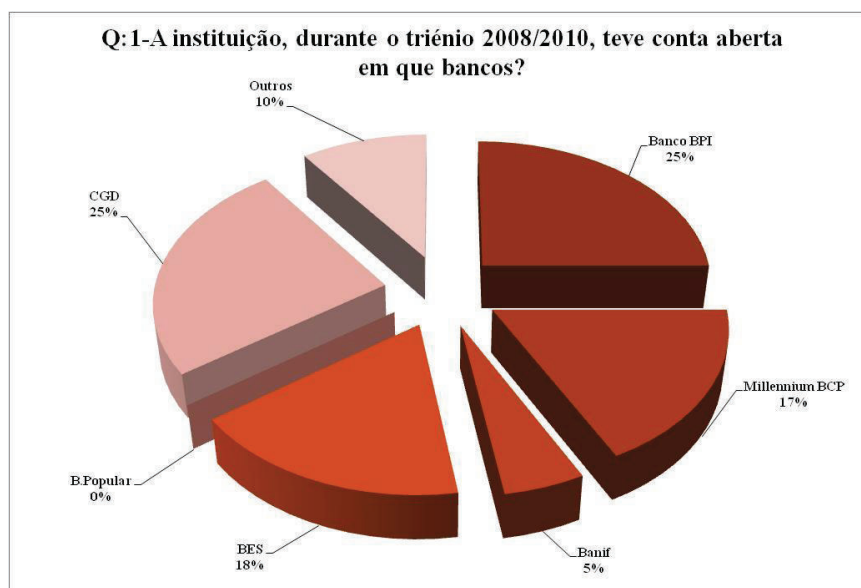
Apenas uma instituição aparece como tendo sido apoiada por dois dos bancos; O Banco Alimentar Contra a Fome, apoiados pela CGD e BCP.

Em relação ao questionário, as cinco primeiras questões pretendiam identificar os bancos com que as instituições trabalharam no período indicado, bem como aqueles que lhes tinham dado apoios. Pretendiam também perceber se algum desses bancos era considerado como banco principal, e se as instituições estavam dispostas a mudar ou a abrir conta num outro banco, tendo em conta um possível apoio. Na última questão era solicitada uma hierarquização de critérios no momento de abertura de conta bancária por parte da instituição: Proximidade geográfica; Políticas de RS do banco; Políticas de investimento; Patrocínios ou donativos que a instituição pudesse vir a receber; Confiança na estabilidade e solidez do banco; e outros.

Dos resultados obtidos, cerca de 50% das instituições responderam ter trabalhado com a CGD e com o BPI, com 25% cada. Cerca de 185% com o BES, 17% com o BCP e os restantes 15% com outros bancos que não constam na amostra desta pesquisa (Figura 7).



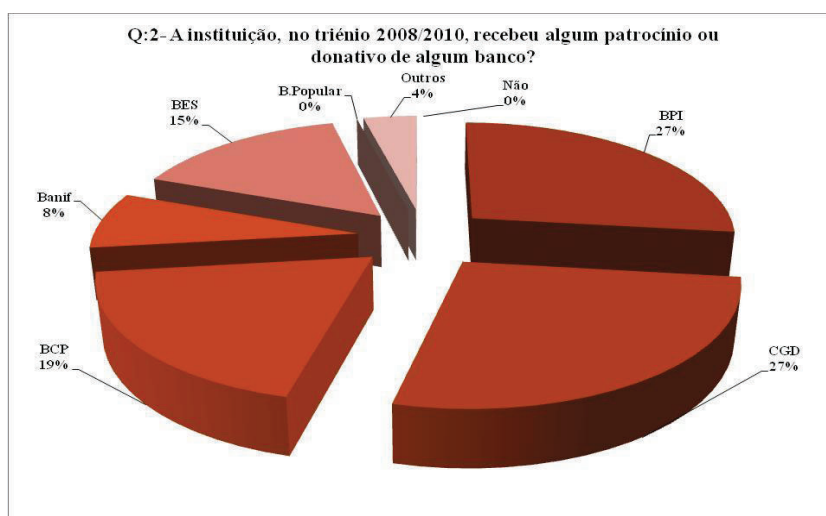
Figura 7: *Outputs* da questão 1 do questionário



Fonte: Elaboração própria, realizada com base no quadro do anexo 9

Todas responderam que tinham recebido um apoio de um banco, revelando assim coerência uma vez que todas as instituições participantes foram identificadas precisamente como destinatárias de um apoio por parte de um ou mais bancos. Das instituições inquiridas, 27% responderam que a CGD lhes tinha atribuído um apoio. A mesma percentagem foi encontrada para o BPI. O Millennium apoiou 19% das instituições e apenas 15% foram apoiadas, no triénio 2008/2010, pelo BES. (Figura 8)

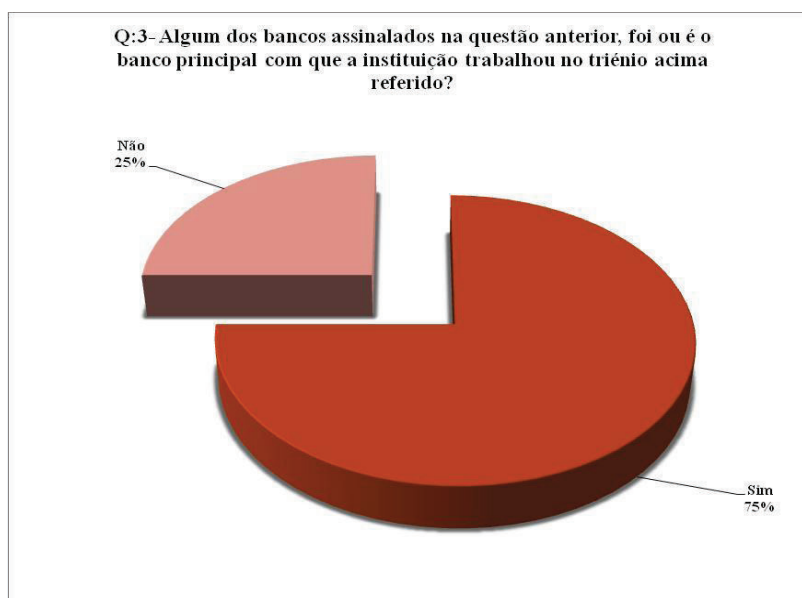
Figura 8: *Outputs* da questão 2 do questionário



Fonte: Elaboração própria, realizada com base no quadro do anexo 10

Quando questionadas se algum dos bancos anteriores era aquele que consideravam como o seu banco principal, 75% dos inquiridos confirmaram-no positivamente (Figura 9).

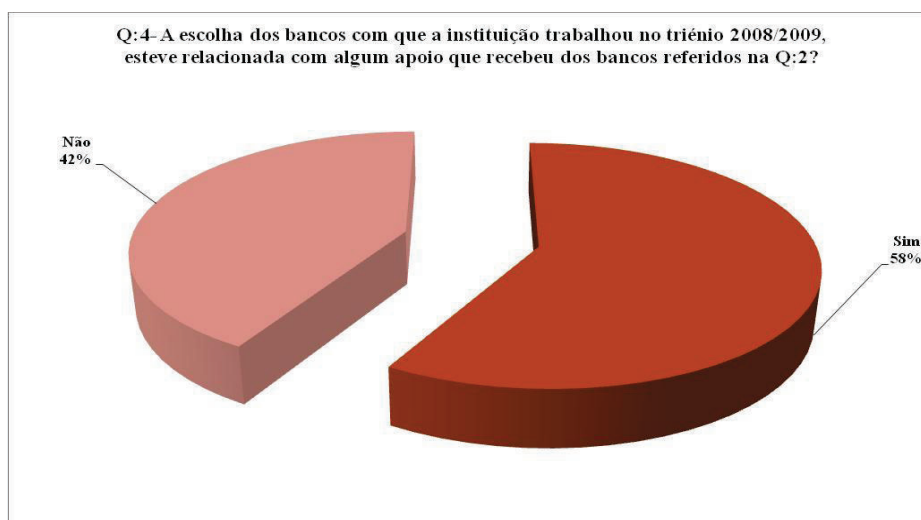
Figura 9: *Outputs* da questão 3 do questionário



Fonte: Elaboração própria, realizada com base no quadro do anexo 11

Outra das conclusões que esta pesquisa possibilitou, foi a de que 58% das instituições admitiu que no momento da decisão de escolha do banco, os apoios recebidos foram tidos em conta (Figura 10).

Figura 10: *Outputs* da questão 4 do questionário

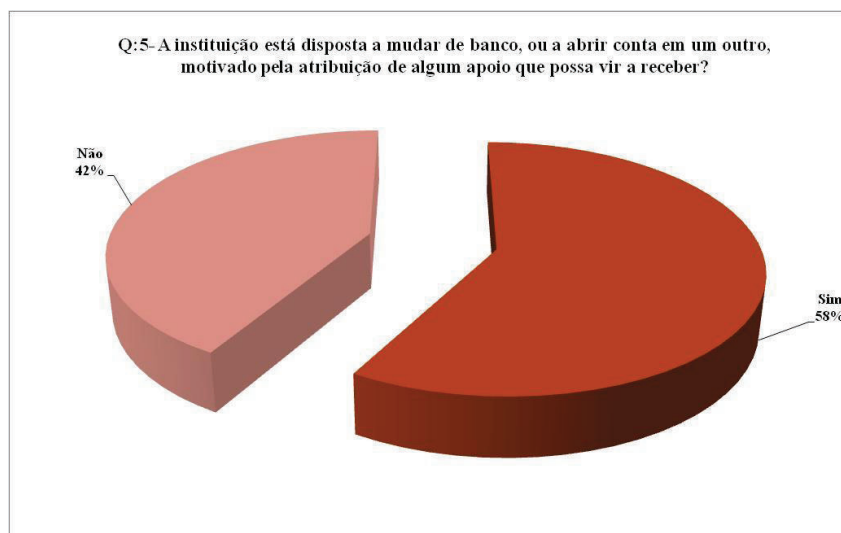


Fonte: Elaboração própria, realizada com base no quadro do anexo 12

## A influência da RSE na escolha do banco

À pergunta, se a instituição estaria disposta a mudar ou a abrir conta num banco, tendo em consideração um possível apoio, registaram-se precisamente as mesmas percentagens de resposta em relação à questão anterior. Ou seja, 58% afirma que no momento da escolha do banco, a hipótese de um apoio pesa na decisão, estando dispostas a mudar ou a abrir conta, mediante a hipótese de um apoio, como se observa pela Figura 11.

Figura 11: *Outputs* da questão 5 do questionário



Fonte: Elaboração própria, realizada com base no quadro do anexo 13

Todas estas conclusões mostram-se bastante coerentes permitindo compreender em que medida as instituições valorizam o apoio dado pelos bancos e as suas políticas de RSE.

Na última questão, foi pedido que as instituições ordenassem por grau de importância cinco aspetos de ponderação para a abertura de conta, sendo que 1 é o menos importante e 5 é o mais importante.

Na Figura 12, pode-se observar quais os critérios mais valorizados para abertura de conta pelas instituições e que obtiveram a escala máxima de 5.

Cerca de 83,33% das instituições inquiridas atribuiu a pontuação máxima ao critério “Confiança na estabilidade e solidez do banco” e aproximadamente 66,67% atribui a mesma escala máxima às “Políticas de RSE do banco”.

## A influência da RSE na escolha do banco

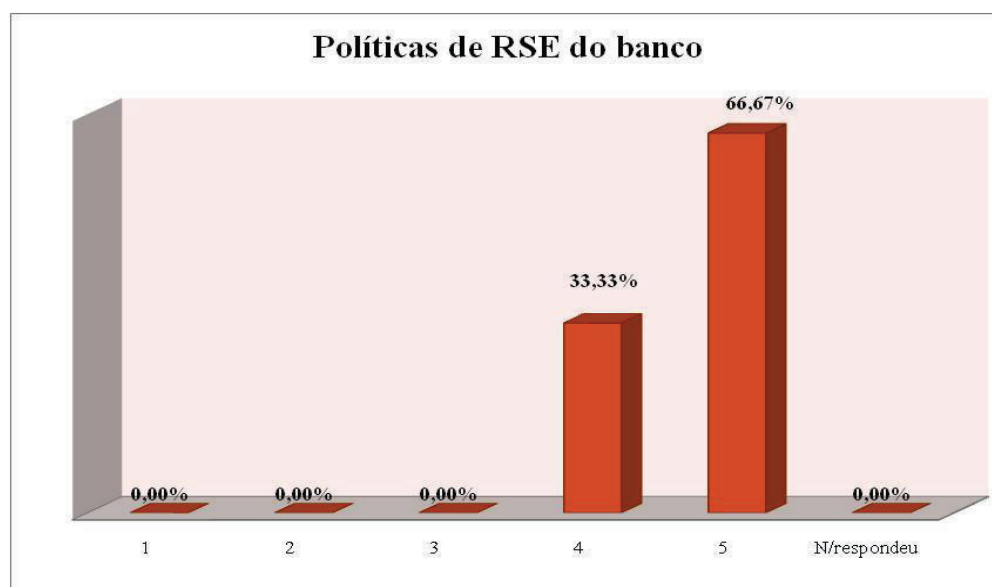
Figura 12: Distribuição dos critérios de escolha, na escala máxima de valorização



Fonte: Elaboração própria, realizada com base no quadro do anexo 14

Apresentando os dados de outra forma, pela Figura 13, deduz-se o grau de importância atribuído pelas mesmas instituições inquiridas ao critério “Políticas de RSE do banco”. Nenhuma valoriza este critério numa escala inferior a 4, sendo que 33,33% atribui esta escala a este mesmo critério e como já foi dito, 66,67% valoriza-o com a escala máxima.

Figura 13: Distribuição da valorização do critério “Políticas de RSE do banco”



Fonte: Elaboração própria, realizada com base no quadro do anexo 14

### Conclusão

A crescente importância das questões sociais e ambientais tem influenciado o quotidiano de todos. Existe um esforço para mudar comportamentos éticos, sociais e ambientais em função da sociedade onde estão inseridas. Todos são influenciados e todos influenciam a sociedade onde atuam (Deegan, 2002). As empresas são obviamente, parte desse todo e também elas se tentam adaptar a todas estas novas preocupações e exigências.

Face à crescente globalização dos negócios, as questões económicas, políticas, sociais e culturais estão cada vez mais relacionadas e têm cada vez maior impacto na tomada de decisão das empresas.

Atualmente, o mundo empresarial caracteriza-se mais pela forte concorrência do que pela diferenciação dos produtos. Neste sentido, também, os *stakeholders* têm vindo a prestar maior atenção às ações praticadas pela empresa, ao nível do comportamento ético, social e ambientalmente responsável (Unerman, 2000).

Os vários *stakeholders* (clientes, acionistas, trabalhadores, fornecedores, comunidade envolvente) podem exercer pressões para que a empresa pratique e adote ações socialmente responsáveis (Mota, Dinis, 2005) e que mantenha políticas de RSE que privilegiem o bem-estar da comunidade.

Abreu *et al* (2005) conclui na sua investigação, que as práticas de RSE ocorrem por influência externa, influência de mercado e influência operacional.

A RSE é um tema muito atual e de crescente interesse. Devido ao facto de não se limitar unicamente a questões éticas e ao cumprimento das obrigações legais, ainda não tem uma definição clara e consensual (Moura, 2004). Pode-se no entanto afirmar, que a RSE consiste na “preocupação com o impacto de todas as atividades da empresa sobre o bem-estar total da sociedade” (Bowman e Haire, 1976, p. 13).

A tendência para adoção de políticas de RSE em Portugal tem vindo a seguir a de aumento do resto do mundo e o setor bancário português não é exceção.

Dos quatro bancos analisados neste estudo, verificou-se que todos definem e divulgam as suas políticas de RSE, utilizando Relatórios e Contas, Relatórios de Sustentabilidade e as suas páginas da *Web*. Todos eles divulgaram para o triénio 2008/2010, apoios no âmbito da Cultura, Educação e Beneficência. O BCP e a CGD divulgaram ainda apoios na área do Desporto e o BCP na área do Património.

## A influência da RSE na escolha do banco

---

Mediante a aplicação de um questionário a um grupo de instituições apoiadas por estes bancos, verificou-se que de facto as instituições são sensíveis às políticas de RSE dos mesmos, valorizando este fator logo a seguir ao critério da confiança na estabilidade e confiança no banco. Cerca de 58% dos inquiridos responderam afirmativamente quando questionados se as políticas de RSE são fator de decisão de abrir conta ou na opção de mudança de banco

Esta pesquisa vem por isso dar razão á tese de Galán, Galera y Valero (2004) de que a decisão de adquirir ou não, determinado produto ou serviço, tem em consideração os comportamentos éticos e sociais das empresas.

### Bibliografia

Abreu, R., David, F. & Crowther, D. (2005). Corporate Social Responsibility in Portugal: Empirical evidence of corporate behaviour. *Corporate Governance: An International Review*. Vol. 5. N. 5. p.3-18.

Amorim, V., Brás, F. (2011). Estudo da divulgação de informação sobre responsabilidade social empresarial. *Informação e sociedade: estudos*, vol. 21, nº2, p.65-86.

Andrioff, J., McIntosh, M. (2001). *Perspectives on corporate citizenship*. London: Greenleaf Publishing.

Banco Comercial Português, S.A. (2011). Relatório e Contas (2008, 2009, 2010) disponível em: <http://www.millenniumbcp.pt/> , no período de Outubro a Dezembro 2011.

Banco Comercial Português, S.A. (2011). Relatório de Sustentabilidade (2008, 2009, 2010) disponível em: <http://www.millenniumbcp.pt/> , no período de Outubro a Dezembro 2011.

Banco Espírito Santo, S.A. (2011). Relatório e Contas (2008, 2009, 2010) disponível em: <http://www.bes.pt/> , no período de Outubro a Dezembro 2011.

Banco Espírito Santo, S.A. (2011). Relatório de Sustentabilidade (2008, 2009, 2010) disponível em: <http://www.bes.pt/> , no período de Outubro a Dezembro 2011.

Banco de Portugal (2011). Exercício de Stress na União Europeia – principais resultados para os bancos portugueses – 23 julho., disponível em <http://www.bportugal.pt/> em Julho 2011

Banco Português de Investimentos, S.A. (2011). Relatório e Contas (2008, 2009, 2010) disponível em: <http://www.bpi.bancobpi.pt/> , no período de Outubro a Dezembro 2011.

Banco Português de Investimentos, S.A. (2011). Relatório de Sustentabilidade (2008, 2009, 2010) disponível em: <http://www.bpi.bancobpi.pt/> , no período de Outubro a Dezembro 2011.

Baker, N., Nazer, K. (2000). Empirical evidence on corporate social disclosure (CSD) practices in Jordan. *International Journal of Commerce and Management*, vol.10, nº3, p.18-34.

Beattie, V., McInnes, B., e Fearnley, S. (2004). A methodology for analyzing and evaluating narratives in annual reports: a comprehensive descriptive profile and metric for disclosure quality attributes. *Accounting Forum*, vol. 28, p. 205-236.

Belkaoui, A., Karpik, G. (1989). Determinants of the corporate decision to disclose social information. *Accounting, auditing and accountability Journal*, vol.2, nº1, p.36-51.

Bowen, H. (1957). *Responsabilidades sociais do Homem de negócios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 14 e 15.

Bowman, E., Haire, M. (1976) Social Impact Disclosure and Corporate Annual Reports, *Accounting, Organizations and Society*, vol.1, n.1, p. 11-21.

Brammer, S., Pavelin, S. (2004). Voluntary social disclosures by large UK companies. *Business Ethics*, Vol.13, p. 704-713.

Branco, M., Rodrigues, L. (2006). Communication of corporate social Responsibility by Portuguese Banks: A Legitimacy Theory Perspective. *Corporate Communication: An International Journal*, Vol 11, Nº 3, p.232-248.

Branco, M., Rodrigues, L. (2008). Factors Influencing, Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*.

Branco, M. (2010). Informação sobre combate à corrupção nos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas. *Estudos do ISCA*, serie IV.

Caixa Geral de Depósitos, S.A. Relatório e Contas (2008, 2009, 2010) disponível em: <http://www.cgd.pt/> , no período de Outubro a Dezembro 2011.

Caixa Geral de Depósitos, S.A. Relatório de Sustentabilidade (2008, 2009, 2010) disponível em: <http://www.cgd.pt/> , no período de Outubro a Dezembro 2011.

Carreira, F., Palma, C. (2011). Relatório de Sustentabilidade: Análise comparativa de uma amostra de empresas brasileiras, espanholas e portuguesas. II Seminário Luso-brasileiro de Ciências do Ambiente e Empresarial – INAF, Loulé.

Carroll, A., Buchholtz, K. (2000). *Business and society: ethics and stakeholder management* (4ª ed.). Cincinnati: South-Western College.

Clarke, J. (1998). Corporate social reporting: an ethical practice.

Cormier, D. e Gordon, M. (2001). An examination of social and environmental reporting strategies. *Accounting, auditing and accountability Journal*, vol.14, nº5, p.587-616.

Cormier, D. e Magnan, M. (2003). Environmental reporting management: a continental European perspective. *Journal of accounting and public policy*, nº22, p.43-62.

Deegan, C. (2002). The legitimizing effects of social and environmental disclosures: a theoretical foundation. *Accounting, auditing and accountability Journal*, vol.15, nº3, p.282-312.

Donaldson, T., Preston, L. (1995). The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, vol.20, p. 65-91.

Duarte, M., Sarmiento, M. (2004). *Environmental strategies of polluting industries*.

Epstein, J. (2004). The identification, measurement, and reporting of corporate social impacts: Past, present, and future. *Advances in Environmental Accounting and Management*, vol. 2.

Freedman, M., Jaggi, B. (1998). An analysis of the association between pollution disclosure and economics performance. *Accounting, auditing and accountability Journal*, vol. 1, nº 2, p.43-58.



- Freeman, C. (1988). *The economics of industrial innovation*. Harmondsworth: Penguin Books Ltda.
- Freeman, R., McVea, J. (2001). *A Stakeholder approach to strategic management*. Blackwell business publisher.
- Friedman, M. (1998). The social responsibility of business is to increase its profits.
- Friedman, L., Miles, S. (2001). Socially responsible investment and corporate social and environmental reporting in the UK: An exploratory study. *British Accounting Review*, Vol. 33, No. 4.
- Galán, M., Galera, C., & Valero, V. (2004). Nuevos Instrumentos de Responsabilidad Social en la Banca. Una referencia a Portugal y España. *III Jornadas Internacionais de Marketing Público e não lucrativo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Galbreath, J. (2005). Which resources matter the most to firm success? An exploratory study of resource-based theory. *Technovation*, vol.25, p.979-987.
- Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995). Corporate Social and Environmental Reporting: A Review of the Literature and a Longitudinal Study of UK disclosure, *Accounting auditing and accountability Journal*, Vol.8, nº 2.
- Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995a). Methodological themes: Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*.
- Gray, R., Owen, D., & Adam, C. (1996). Accounting and Accountability: Changes and Challenges in Corporate Social and Environmental Reporting.
- Guthrie, J., Parker, D. (1989). Corporate social reporting: A rebuttal of legitimacy theory. *Accounting and Business Research*, Vol. 9, ° 76.
- Guthrie, J., Parker, D. (1990). Corporate social disclosure practice: A comparative international analysis. *Advances in Public Interest Accounting*, Vol.3.
- Guthrie, J., Petty, R., Yongvanich, K., e Ricceri, F. (2004). Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. *Journal of intellectual capital*, vol. 5, nº2, p. 282-293.
- Hackston, D. e Milne, J. (1996). Some determinants of social and environmental disclosure in New Zealand companies. *Accounting, Auditing and Accountability journal*, Vol. 9, Nº1.
- Hoffman, M., Frederick, E. (1995). *Business ethics: readings and cases in corporate morality* (3ªed.). McGraw-Hill.
- Holmes, R., Watts, P. (2000). Corporate Social Responsibility: making good business sense”, *World Business Council for sustainable Development*, Geneva.,
- Jesus, M.(2001). Ética Y Actividad Empresarial, Cultura y Valores Éticos en las Empresas Algarveñas. Tese de doutoramento, Universidade de Huelva.

Jones, T. (1996). Missing the forest for the trees: a critique of the corporate social responsibility discourse. *Business and Society*, vol.35, p. 7-41.

Jorge, F., Seabra, F. & Vázquez, D. (2009). A Percepção e Motivação dos Estudantes de Ciências Empresariais e de Ciências Económicas sobre as Temáticas da Ética Empresarial e Responsabilidade Social das Organizações: Um Caso Luso-Espanhol, in Responsabilidade Social das Organizações. *Cadernos Sociedade e Trabalho*, n.º 11, pp. 29-55.

Logsdon, M., Palmer, R. (1988). Issues management and ethics. *Journal of Business Ethics*, vol.7, p. 191-198.

Marques, M., Teixeira, C. (2008). A responsabilidade social das empresas e o desempenho organizacional. *Revista de estudos politécnicos*, Vol. 6, nº 10, p. 149-164

Mathews, R. (1997). Twenty five years of social and environmental accounting: Is there a silver jubilee to celebrate. *Accounting, auditing and accountability journal*, vol.10, nº4, p.481-531.

Mathews, A. (2002). A resource-based view of Shumpeterian economics dynamics. *Journal of evolutionary Economics*, vol.12, nº1 e 2, p.29-54.

Matten, D., Crane, A., Chappel, W. (2003). Behind the mask: revealing the true face of corporate citizenship, *Journal of Business Ethics*, vol. 45, p.109-120.

Mota, G., Dinis, A. (2005). Responsabilidade Social das Empresas: novo modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável, *Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia*. Disponível em: 15 de abril de 2012, em <http://hdl.handle.net/10284/583>.

Moura, R., Coelho, V., Moura, K., Raposo, R., Brites, R., Cardim, J., Silva, A. (2004). *Responsabilidade Social das Empresas: emprego e formação profissional*. Mundi Serviços.

Ness, E., Mirza, M. (1991). Corporate social disclosure: A note on a test of agency theory. *British Accounting Review*, Vol.23, Nº 3.

Palma, C. (2010). Indicadores de Desempenho Sustentável no Sector da Construção – uma análise comparativa. *Prémio Talento Soares da Costa 2009*, Fevereiro, Portugal.

Parasuraman, A. (1991). *Marketing research* (2ªed). Addison Wesley Publishing Company.

Patten, D. (1991). Exposure, Legitimacy, and Social Disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*.

Patten, D. (2002). Give or take on the internet: an examination of disclosure practices of insurance web innovators, *Journal of Business Ethics*, vol36, nº3, p. 247-259.

Petty, R., e Cuganesan, S. (2005), Voluntary Disclosure of intellectual capital by Hong Kong companies: Examining size, industry and growth effects over time. *Australian Accounting Review*, vol. 15, nº 2, p.40-50.

Roberts, W. (1992). *Determinants of corporate social responsibility disclosure: an application of stakeholder theory*. *Accounting, organizations and society*, Vol.17, nº6, p. 595-612.

Roque, V., Cortez, M. (2006). A divulgação de informação Ambiental e a Performance Financeira das empresas cotadas de Portugal. *Revista de estudos Politécnicos*, Vol III, nº 5 e 6.

Sparkes, R., Cowton, J. (2004). The maturing of socially responsible investment: A review of the developing link with corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, Vol. 52, No. 1.

Suchman, M.(1995). Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of management review*, vol.29, nº 3.

Tilling, E. (1998). *Refinements to legitimacy theory in a social and environmental accounting*. South Australia: Flinders University.

Trotman, T., Bradley, W. (1981). Associations between social responsibility disclosure and characteristics of companies. *Accounting, Organizations and Society*, Vol 6, nº 4.

Ullmann, E, (1985). Data in search of a theory: A critical examination of the relationships among social performance, social disclosure and economic performance of U.S. firms. *Academy of management review*, vol.10, nº3, p.540-557.

Unerman, J. (2000). Methodological issues: reflections on quantification in corporate social reporting content analysis. *Accounting Auditing and accountability Journal*, vol.13, nº 5, p. 667-681.

Watts, R, Zimmerman, J. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, vol. 53, nº 1, p.112-134.

Watts, R, Zimmerman, J. (1990). Positive Accounting theory: A ten year perspective. *The Accounting Review*, vol. 65, nº 1, p. 131-156.

Watson, A., Shrives, P., Marston, C. (2002). Voluntary Disclosure of Accounting Ratios in UK. *British accounting review*, vol.34, p.289-313.

Williams, S. (1999). The Asia-Pacific region: an international empirical test of political economy theory. *The international journal of accounting*, vol.34, nº2, p.209-238.

Wilmshurst, T. e Frost, G. (2000). Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, vol.13, nº1, p.10-26.

Wood, D. (1991). Corporate performance revisited. *Academy of Management Review*, vol. 16, p. 691-718.

Zéghal, D., Ahmed, A. (1990). Comparison of Social Responsibility Information Disclosure Media used by Canadian Firms. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol.3, Nº1.

### Anexos

Anexo 1: Capital subscrito e realizado dos 35 bancos autorizados a exercer atividade em Portugal.....	60
Anexo 2: Registo dos projetos apoiados no triénio 2008/2010 – BCP.....	61
Anexo 3: Registo dos projetos apoiados no triénio 2008/2010 – CGD.....	63
Anexo 4: Registo dos projetos apoiados no triénio 2008/2010 – BES.....	67
Anexo 5: Registo dos projetos apoiados no triénio 2008/2010 – BPI.....	69
Anexo 6: Fichas de controlo do envio de questionários e recebimentos de respostas.....	72
Anexo 7: Questionário enviado às Instituições.....	75
Anexo 8: Carta de acompanhamento do Questionário.....	76
Anexo 9: Tabela de recolha de dados referente à questão 1 do questionário.....	77
Anexo 10: Tabela de recolha de dados referente à questão 2 do questionário.....	78
Anexo 11: Tabela de recolha de dados referente à questão 3 do questionário.....	79
Anexo 12: Tabela de recolha de dados referente à questão 4 do questionário.....	80
Anexo 13: Tabela de recolha de dados referente à questão 5 do questionário.....	81
Anexo 14: Tabela de recolha de dados referente à questão 6 do questionário.....	82

## A influência da RSE na escolha do banco

Anexo 1 – Capital subscrito e realizado dos 35 bancos autorizados a exercer atividade em Portugal.

BANCOS	CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO (EUROS)	% do Capital Subscrito e Realizado em relação ao total dos bancos	% do Capital Subscrito e Realizado em relação ao total dos bancos (acumulados)
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA	6.064.000.000,00	28,17%	28,17%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	5.150.000.000,00	23,92%	52,09%
BANCO ESPIRITO SANTO, SA	4.030.000.000,00	18,72%	70,81%
BANCO BPI, SA	990.000.000,00	4,60%	75,41%
BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA	794.000.000,00	3,69%	79,10%
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	657.000.000,00	3,05%	82,15%
BANCO ITAÚ BBA INTERNACIONAL, SA	535.000.000,00	2,49%	84,63%
BANCO POPULAR PORTUGAL, SA	451.000.000,00	2,09%	86,73%
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), SA	430.000.000,00	2,00%	88,73%
BPN-BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIO, SA	380.000.000,00	1,77%	90,49%
BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA	226.000.000,00	1,05%	91,54%
BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, SA	217.000.000,00	1,01%	92,55%
FINIBANCO, SA	180.000.000,00	0,84%	93,39%
BANCO FINANTIA, SA	150.000.000,00	0,70%	94,08%
BANCO MADESANT – SOCIEDADE UNIPessoal, SA	124.000.000,00	0,58%	94,66%
BANCO CREDIBOM, SA	124.000.000,00	0,58%	95,23%
BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, SA	104.000.000,00	0,48%	95,72%
BANCO BANIF MAIS, SA	101.000.000,00	0,47%	96,19%
BANCO PRIMUS, SA	89.000.000,00	0,41%	96,60%
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, SA	85.000.000,00	0,39%	96,99%
CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA	81.000.000,00	0,38%	97,37%
BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, SA	67.000.000,00	0,31%	97,68%
BEST-BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, SA	63.000.000,00	0,29%	97,97%
BANCO PRIVADO ATLÂNTICO-EUROPA, SA	50.000.000,00	0,23%	98,21%
BANCO INVEST, SA	47.000.000,00	0,22%	98,43%
BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA	45.000.000,00	0,21%	98,63%
BANCO ACTIVOBANK, SA	41.000.000,00	0,19%	98,82%
BANCO BAI EUROPA, SA	40.000.000,00	0,19%	99,01%
BANCO BAI EUROPA, SA	40.000.000,00	0,19%	99,20%
BANCO PORTUGUÊS DE GESTÃO, SA	35.000.000,00	0,16%	99,36%
BANCO RURAL EUROPA, SA	32.000.000,00	0,15%	99,51%
BANCO BIC PORTUGUÊS, SA	30.000.000,00	0,14%	99,65%
BANCO EFISA, SA	22.000.000,00	0,10%	99,75%
BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO, SA	20.000.000,00	0,09%	99,84%
BANCO ESPIRITO SANTO DOS AÇORES, SA	17.000.000,00	0,08%	99,92%
BANCO L.J.CARREGOSA, SA	17.000.000,00	0,08%	100,00%
TOTAL	21.528.000.000,00	100,00%	

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Banco de Portugal consultada em

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisão/Paginas/Instituicoesautorizadas.aspx> acedido em 24/02/2012

# A influência da RSE na escolha do banco

## Anexo2: Registo dos projetos apoiados no triénio 2008/2010 - BCP

### A) Categoria Educação

<b>Banco Comercial Português</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Comunidade</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>
<b>Educação</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>3</b>
Construção de uma escola no Parque Nacional da Gorongosa, na Província de Sofala	1	0	0
Apoio à iniciativa "Teach the children to save"	1	0	0
Na Grécia, colaboração com a Associação "Junior Achievement", em acções de literacia financeira, junto de estudantes universitários	1	0	0
Programa de bolsas de estudo, na Grécia, a estudantes de história grega ancestral	1	0	0
Apoio à <i>Junior Achievement de MA New Bedford/Fall River Chapter</i>	1	0	0
Apoio à Escola Luis de Camões School em Newark	1	0	0
Apoio à organização <i>Prince Henry Society</i> para a atribuição de bolsas de estudo à população carenciada	1	0	0
Apoio bolsista à <i>American Scholarship Foundation</i>	1	0	0
Apoio ao Programa de estudos sobre a língua Portuguesa da Universidade de <i>Massachusetts-Dartmouth</i>	1	0	0
Apoio à " <i>Hispanic-American Chamber of Commerce Foundation</i> " para atribuição de bolsas de estudo à comunidade hispanica em <i>New Jersey</i>	1	0	0
Apoio ao Programa Infocancer do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP)	0	1	0
Colaboração com a Associação "Aprender e Empreender", para a divulgação de programas de empreendedorismo a alunos do ensino básico e secundário	1	0	0
Colaboração com o <i>Graduate Programme</i> da Associação Aprender a Empreender	1	1	0
Apoio ao Instituto de Cooperação Jurídica - Cooperação universitária com Moçambique	0	1	0
Apoio à Fundação Luso-Africana para o Desenvolvimento	0	1	0
Programa de bolsas de estudo para alunos provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor	1	1	0
escolaridade com factores de risco de insucesso escolar em dez concelhos nacionais	0	1	1
Desenvolvimento de projectos de investigação e ensino na área de finanças em parceria com a Universidade Católica Portuguesa e a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de direito de Lisboa, com a criação em cada uma das universidades de uma "Cátedra Millennium bcp"	1	1	1
Apoio ao programa " <i>The Lisbon MBA</i> ", o único MBA na Europa em parceria com o MIT - bolsas de estudo	0	1	0
Universidade Católica Portuguesa, " <i>Master of Law</i> " - bolsas de estudo.	0	1	0
Apoio ao Fórum Internacional "Encontro de Culturas" - Ouvir para Integrar", promovido pela Fundação AML	0	1	0
Apoio ao Programa Avançado em empreendedorismo e Criação de Empresas do ISCTE e à conferência de encerramento do programa, na qual é atribuído um prémio pecuniário ao melhor projecto de empreendedorismo apresentado (Prémio de inovação Millennium bcp/Audax)	1	1	0
Parceria com o Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF) da Faculdade de Direito de Lisboa, no âmbito das pós-graduações, com disponibilização de quadros do Banco para a participação em cadeiras e atribuição de prémios aos melhores alunos	0	1	0
Apoio enquanto <i>corporate partner</i> do <i>Community of European Management Schools (CEMS)</i> , participando em diversas actividades de apoio ao Mestrado MIM - Master in International Management	1	1	1

### B) Categoria Cultura

<b>Banco Comercial Português</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Comunidade</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>
<b>Cultura</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>2</b>
Apoio à Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), com vista à promoção dos autores nacionais.	1	1	0
Co-lançamento com a Fundação Lurdes Mutola, da biografia de Maria Lurdes Mutola	1	0	0
Colaboração com a Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva, em diversas exposições	1	0	0
Fundação Cupertino de Miranda - apoio à realização da exposição "Surrealismo na Coleção Cupertino de Miranda"	0	1	0
Estatuto de Mecenaz exclusivo do Museu de Arte Antiga	1	1	0
Estatuto de Mecenaz exclusivo do Museu Nacional de Soares dos Reis	1	1	0
Protocolo de mecenato com o Organismo de Produção Artística (OPART): Teatro Nacional de São Carlos em 2009 - Programa de Ópera/Concertos	1	1	0
Protocolo de mecenato com o Organismo de Produção Artística (OPART): Teatro Nacional de São Carlos em 2009 - Apoio ao Festival ao Largo 2009	0	1	0
Colaboração com o Campo Arqueológico de Mértola para apresentação, da exposição "Mértola - O Último Porto do Mediterrâneo"	0	1	0
Gestão e divulgação do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios - NARC	0	1	1
Mostra de Cerâmica Islâmica de peças de grande valor arqueológico recolhido no NARC durante os trabalhos iniciais	0	1	0
Exposição itinerante de pintura portuguesa "Arte Partilhada Millennium bcp"	0	1	1
Donativo ao Museu de Arte Sacra do funchal para restaura da pintura "Cálvário"	0	1	0
Apoio ao Museu de Escultura Contemporânea Internacional de Évora	0	1	0
Apoio à Associação <i>Carpe Diem, Arte e Pesquisa - Exposição no Palácio Pombal</i> .	0	1	0
Patrocinador principal do Rock in Rio	1	1	0
Patrocínio à edição de 3 CD das obras mais representativas do Maestro antónio Victorino de Almeida	0	1	0

# A influência da RSE na escolha do banco

## C) Categoria Desporto

Banco Comercial Português	2008	2009	2010
Comunidade	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
Desporto	7	4	0
Renovação do patrocínio à Taça de Portugal para o Triénio 2009-2011. Na época 2008-2009 passou a chamar-se "Taça de Portugal Millennium bcp"	1	1	0
O Millennium bank na Grécia, patrocinou o ultra maratonista Yiannis Kouros	1	0	0
O Millennium bank da Grécia, patrocinou também a equipa de andebol regional(mantém-se até 2010???????)	1	0	0
Patrocínio na Roménia da equipa de futebol Rapid	1	0	0
Patrocínio dos Torneios de Mini Basquete Millennium bin 2008	1	0	0
Patrocínio do torneio Mundialito	1	1	0
Apoio às competições de futebol de juvenis "Taça Vila dos Campeões (Cascais)", " Torneio Interacional da Pontinha" e o "Nacionalito - Copa Foot 2"	1	1	0
	0	1	0

## D) Categoria Beneficência

Banco Comercial Português	2008	2009	2010
Comunidade	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
Beneficência	21	12	5
Oferta de um furo de água ao distrito de Nhamatanda, Moçambique	1	0	0
Apoio do Millennium Bank na Roménia aos programas da <i>United Way</i>	1	0	0
Apoio à Associação Sorriso da Criança - Moçambique	1	0	0
Oferta de material escolar à Comunidade sant ' Egidio - Moçambique	1	0	0
Oferta de bens de primeira necessidade à Associação Comunitária da criança sã - Moçambique	1	0	0
Oferta de um aparelho de raio x ao Hospital Geral da Machava, Moçambique	1	0	0
Participação em diversas actividades de angariação de livros e brinquedos, com a Fundação <i>Child's smile</i>	1	0	0
Apoio a municípios locais no contexto de eventos sociais e culturais - Grécia	1	0	0
Doações de hardware e software a escolas sem fins lucrativos - Grécia	1	0	0
Doação de equipamento informático a instituições de solidariedade social - Polónia	1	0	0
Doação à Associação <i>American Red Cross de Northern New</i> - EUA	1	0	0
Apoio à Fundação <i>Trinitas Health</i> - EUA	1	0	0
Doação de alimentos à população carenciada de <i>Newark</i> - EUA	1	0	0
Apoio à organização <i>Child &amp; Family Services</i> - EUA	1	0	0
Apoio à Associação V.I.D.A.	1	0	0
Doação de equipamento a instituições de solidariedade social	1	0	0
Participação na campanha " País Solidário", dirigida a famílias em risco de pobreza em diversos pontos do país.	0	1	0
Apoio à Associação Vida Norte	1	0	0
Apoio ao Centro de Reflexão e Encontro Universitário - Início de Loyola (CREUL-IL) no âmbito do Projecto Grão: Missão 2009 para angola, que prepara jovens para acções de voluntariado em África.	0	1	0
Banco alimentar contra a fome	1	1	1
Donativo à Fundação AFID - Diferença - apoio à manutenção do site	0	1	0
Donativo à Fundação Ronald McDonald - O Millenium bcp assumiu o custo de ocupação de um quarto no lar provisório para famílias de crianças hospitalizadas	1	1	1
Donativo ao Refúgio Aboim Ascensão - apoio às despesas de acolhimento	1	1	1
Donativo à Fundação São João de Deus - Projecto "Inocentes de Guerra", que se propôs proporcionar tratamento a 6 jovens angolanos, vítimas das minas terrestres e da poliomielite, dos quais um foi apoiado pela Fundação Millennium bcp	0	1	0
Donativos à Rede de Cuidadores - Projecto "Cuidar a Criança - Inovação e Desafios"	0	1	0
Donativo à APSA - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger	0	1	0
Donativo apoio à Comunidade Vida e Paz através das aquisições de sacos-cama e impermeáveis para a população "sem-abrigo"	0	1	0
Apoio ao IV Concerto da Associação Portuguesa contra a Leucemia	0	1	0
Venda de postais de Natal UNICEF nas sucursais Millennium bcp	1	1	1
Apoio à iniciativa "uma flor para a Madeira" - SIC Esperança	0	0	1

## E) Categoria Património Artístico e Histórico

Banco Comercial Português	2008	2009	2010
Comunidade	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
Património Artístico e Histórico	4	4	0
Restauro de 18 pinturas	1	0	0
Restauro de 45 peças de mobiliário	1	0	0
Restauro de 8 peças de tapeçaria	1	0	0
Preparação e desenvolvimenton de acçõespara a abertura do Núcleo Museológico de Numismática e Medalhística-Porto	0	1	0
Restauro da obra de pintura original de José de Guimarães (peça pertencente à Coleção Millennium bcp)	0	1	0
Restauro do painel em cerâmica de Jorge Barradas , situado na entrada principal do palácio Atlântico, no Porto (peça pertencente à Coleção Millennium bcp)	0	1	0
Cedência temporária de obras de arte da Coleção Millennium bcp	1	1	0



# A influência da RSE na escolha do banco

## Anexo 3: Registo dos projetos apoiados no triénio 2008/2010 - CGD

### A) Categoria Educação

Caixa Geral de Depósitos		2008	2009	2010
Comunidade		NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
Educação		27	13	21
Criação de um website para a educação financeira " Saklo Positivo" www.saklopositivo.cgd.pt		1	1	1
Projeto "Educação +"		0	0	1
Manual da Banca - Caixa Universidade Politécnico www.cup.pt		1	0	
Publicação de um manual com distribuição gratuita " A arte de bem gerir o seu dinheiro", em parceria com o Semanário Expresso		0	0	1
Ciclo de poupança para um público infanto- www.ciclodapoupança.com		1	1	1
Patrocínio da Conferência " Challenging Poverty: the growth of microcredit", tendo como orador o Prémio Nobel da Paz , Muhammad yunus		1	0	
Colaboração com o Projecto Kidzania		1	1	1
Projecto Caixamat		1	1	
Lisbon MBA		1	0	1
Bosa Royal College- Londres (Premiar melhor aluno de Design )		0	0	1
Apoio ao Núcleo do Design		0	0	1
Feira "Bebés e Crianças"		1	0	
Apoio à Fundação Ciência e desenvolvimento no projecto " À descoberta de Novos Planetas"		1	0	
Prémio de Cidadania e Prémio de aproveitamento escolar de Lambeth - Sala de Literatura e Cultura Portuguesa		1	0	
Apoio financeiro à Fundação Pro Dignitate		1	0	
Projecto Matemática e Ensino - PMATE		1	1	1
Apoio financeiro à Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação		1	0	
Patrocínio Canal Nicklodeon 2007/2008		1	0	
Projecto "CGD - Banco do Design"		0	1	1
Major sponsor no projeto "Remade in Portugal"		0	0	1
Patrocinador oficial da "Experimenta Design"		0	0	1
Patrocínio do projeto "Design ao cubo"		0	0	1
Apoio à segunda edição da Trienal da Arquitetura de Lisboa.		0	0	1
Prémio Sena da Silva		0	0	1
Prémio Daciano da Costa		0	0	1
Prémio Sebastião Rodrigues		0	0	1
Apoio ao projeto do arquiteto Eduardo Benamor Duarte		0	0	1
Protocolos com Universidades e Politécnicos que se materializaram também na emissão de cartões de identificação e bancários		0	1	1
Integração da CGD no Projecto "Imagine Cup"		0	1	
Prémio "Inovação Reforma", em parceria com as suas Seguradoras Fidelidade Mundial e Império Bonança No âmbito do Programa Estratégico Caixa		0	1	
Concurso e posterior exposição de Design Mobiliário com Materiais Recicladados		1	1	1
Patrocínio à Expo Zaragoza 2008 com o tema "Água e desenvolvimento sustentável"		1	0	
Exposição Central Solar Termica da CGD		1	0	
Edição de um guia de boas práticas para a redução de emissões de CO2 - " Dia-a-Dia Carbono Zero"		1	0	
Projecto "Floresta Caixa", com o objectivo de construir uma nova floresta em Portugal		1	0	
Blogue " O Planeta agradece"		1	0	
Programa Televisivo ECO-EUROPA		1	0	
Patrocínio à tournée do músico André Sardet, com a realização de sessões de sensibilização ambiental juntos dos jovens		1	0	1
Conferências " About Blue: Epo Água e Epo Energia 2008"		1	0	
Conferência Eurosun 2008: First International Conference on Solar Heating Cooling and building		1	0	
Seminário " Eficiência Energética" - Portugal 2015"		1	0	
Iniciativa "Casa Limpa"		1	0	
Concurso Nacional "Poster Eco-Código 2008"		1	0	
Calculadora de carbono da CGD www.calculadoracarbono-cgd.com		0	1	
Programa Nova Geração de Cientistas Polares em parceria com o Comité Português para o Ano Polar Internacional		0	1	
Programa Polar Português (ProPolar) em parceria com a Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT)		0	1	
Campanha de Natal, com o apoio à criação do livro "outras histórias", revertendo os proveitos da venda para a "Operação nariz vermelho" e "				
Associação Jerónimo Usera.		0	0	1
Publicação do livro "Gestão de Organizações sem Fins Lucrativos - O desafio da Inovação Social"		0	0	1
Associação ao Fórum empresarial para a economia do Mar		0	0	1
Apoiou a constituição da Cátedra de Estudos do Mar, na Universidade de Aveiro		0	0	1
Jornadas do Mar		0	0	1
Em parceria com o Jornal de negócios, organizou uma conferência sobre Economia do Mar		0	0	1
Criação do blog "Vamos mudar a cidade", onde se abordam temas de sensibilização ambiental		0	0	1
Apoio ao Observatório do Design		0	0	1



## A influência da RSE na escolha do banco

### B) Categoria Cultura

Caixa Geral de Depósitos	2008	2009	2010
Comunidade	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
<b>Cultura</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>11</b>
<b>Fundação CGD Culturgeste:</b>			
Apoio a diversos eventos de Dança, Música, Circo e Cinema	1	1	1
Apoio a Conferências e Exposições	1	1	1
Apoio a actividades do Foro educativo	1	1	1
Gestão da coleção de arte da CGD	1	1	1
Responsável pela programação e produção de exposições apresentadas nro Espaço chiado 8	0	0	1
Caixa Geral de Depósitos			
Patrocínio à <i>tournée</i> nacional e internacional da cantora Mariza	1	0	1
Apoio financeiro às Orquestras Metropolitana de Lisboa, Metropolitana do Norte, Clássica do Centro e do	1	1	1
Apoio a diversas actividades no âmbito das Artes Plásticas	1	0	1
Apoio a diversas actividades no âmbito da Literatura	1	0	1
Apoio a diversas actividades no âmbito das música, dança e teatro	1	0	1
Coleção de Arte da Caixa Geral de Depósitos e sua divulgação	0	1	1

### C) Categoria Desporto

Caixa Geral de Depósitos	2008	2009	2010
Comunidade	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
<b>Desporto</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Patrocínio à Federação Portuguesa de Rugby	1	1	1
Patrocínio aos Lisboa e Porto Bike Tour	1	0	0
Apoio Financeiro ao Judo Clube de Coimbra	1	0	0
Apoio à Meia maratona Douro Vinhateiro	1	0	0
Apoio à Associação Académica de Coimbra (vertente desportiva)	0	1	0
Patrocínio do evento "Verão Caixa Fã", no sentido de promover o desporto enquanto vida sadável e a sensibilização ambiental	1	1	1
2ª edição "Tanto Mar"	0	0	1
1º torneio CGD de Vela	0	0	1

# A influência da RSE na escolha do banco

## D) Categoria Beneficência

Caixa Geral de Depósitos	2008	2009	2010
Comunidade	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
Beneficência	23	20	30
Parceria com a IPSS "Enteajuda"	1	1	1
Raríssimas, Associação Nacional de deficientes Mentais e Raras	1	0	0
Espaço - T, Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária	1	0	0
Ajuda de Mãe, associação de apoio a mulheres grávidas e puérperas	1	0	0
ACAPO, Associação dos Cegos e Amnlidos de Portugal	1	0	0
IAC, Instituto de apoio à criança - Açores	1	0	0
ANEFA, associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente - Piódão	1	0	0
ANEFA, associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente - Caldas de Vizela	1	0	0
Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer	1	0	0
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vitima	1	0	0
ATC - Associação Teatro Construção	1	0	0
Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel	1	0	0
Refúgio Aboim Ascensão	1	0	0
Academia Equestre João Cardiga	0	1	0
Associação Portuguesa para os Direitos dos menores e da familia	0	1	0
Quercus	0	1	0
Associação Portuguesa de Trissomia 21	0	1	0
Associação para desenvolvimento de Figueira	0	1	0
Cimago - Centro de Investigação em Meio Ambiente, Genética e Oncobiologia	0	1	0
Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger	0	1	0
Associação Mimar	0	1	0
Junta de Freguesia S.João de Deus	0	1	0
Igreja Paroquial S.João de Deus	0	0	1
Grupo de Amigos de Salir	0	1	0
Dadores de Sangue CGD	1	1	1
Apoio de mecenato à Fundação Casa da Criança e Juventude de S.Tomé	1	0	
Banco Alimentar Contra a Fome	1	0	1
Apoio à Associação de Doentes com Lupus	1	1	1
Fundação Renascer	1	0	0
Cruz Vermelha Portuguesa Bragança - sacos de primeiros socorros	1	0	0
Banco de Equipamentos	1	0	0
Protocolo com a Instituição " Terra dos Sonhos"	1	1	1
Hospital de Santa Marta	1	0	0
Projecto da "Bolsa de Voluntariado" www.bolsadovoluntariado.pt	1	1	1
Campanha de Natal - iniciativas de voluntariado com colaboradores da CGD	0	0	1
Criação da Agência Central para o Microcrédito (ACM)	0	1	0
Doação de livros doadas pelos colaboradores e clientes, a diferents escolas e bibliotecas	0	1	0
Doação de Material de escritório a IPSS	0	1	0
ANFQ-assoc.nacional de fibrose quística	0	0	1
Assoc portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas	0	0	1
APCC- Assoc.para a promoção cultural da criança	0	0	1
Pro Dignitate - Fundação de direitos humanos	0	0	1
Santa Casa da Misericórdia de Braga	0	0	1
TESE- Assoc. para o desenvolvimento	0	0	1
Revista Visão Braille	0	0	1
Candeias Assoc. para a animação de crianças e jovens	0	0	1
Banco de bens doados	0	0	1
União das misericórdias	0	0	1
Assoc.Bombeiros Voluntários montemor-o-novo	0	0	1
BUS- Bens de utilidade pública	0	0	1
CADIn	0	0	1
Fundação Serralves	0	0	1
Fundação Portuguesa de cardiologia	0	0	1
Centro social s.Miguel Arcozelo	0	0	1
Criação do Núcleo de Acção Social da CGD - SÊNIAMOR	0	1	0
Projecto " Somos Caixa"	0	1	0
Limpeza de praias	0	0	1
Patrocinio do prémio "Mulher ativa"	0	0	1
Patrocinio ao Centro português do Design ( CPD)	0	0	1
AMI-Assistência médica internacional	0	0	1
ANDDEMOT Assoc. Nacional de desporto para deficientes motores	0	0	1
Associação Lavoisier	0	0	1

## A influência da RSE na escolha do banco

---

Categoria Património Artístico e Histórico

Caixa Geral de Depósitos	2008	2009	2010
Comunidade	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
Património Artístico e Histórico	0	0	0

## A influência da RSE na escolha do banco

### Anexo 4: Registo dos projetos apoiados no triénio 2008/2010 - BES

#### A) Categoria Educação

<b>BANCO ESPIRITO SANTO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Comunidade</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>
<b>Educação</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>12</b>
Concurso Nacional de Inovação do BES	1	1	1
Prémio Ciência escola	1	1	1
Parceria com a TSF na emissão de um programa diário "Mundo Novo"	0	1	0
Projecto "No Banco da Escola", em parceria com a Sociedade portuguesa de Matemática	1	1	1
Apoio à Sociedade Portuguesa de Matemática, nas Olimpíadas Portuguesas de Matemática	1	1	1
Mecenas do Plano Nacional de Leitura	1	1	1
Concurso Nacional de Inovação BES	1	0	0
Estágios de Verão BES up	0	0	1
Apoio a parques tecnológicos/incubadoras	1	0	0
Ciclo de Conferência no âmbito do Programa "Futuro sustentável"	1	1	1
Realização do Ciclo de Cinema - Futuro Sustentável, em parceria com a Cinemateca portuguesa	0	1	0
Parcerias em Projectos de biodiversidade:Herdade da Poupa	0	1	1
Parcerias em Projectos de biodiversidade:Centro ecológico Educativo do Paul de Tornada	0	1	0
Parcerias em Projectos de biodiversidade:Reserva da Faia Brava	0	1	1
Parcerias em Projectos de biodiversidade:Exposições no Museu de Historia Natural	0	0	1
Atribuição de um prémio para os projectos de melhores práticas de biodiversidade , em parceria com o Centro de Investigação em biodiversidade e Recursos Genéticos e o Instituto da Conservação da natureza e da Biodiversidade	0	1	1
Realização de um estudo e posterior edição do livro sobre "Ganhar com a Biodiversidade, Oportunidades e Desafios"	0	1	0
Disponibilização de uma oferta de Crédito específica " Solução BES Ambiente & Energia"	0	1	0
Banco Oficial da " Planet Earth Lisbon Event 09"	0	1	0
Criação de uma cátedra em parceria com a Fundação para a Tecnologia e a Universidade do Porto	0	0	1

#### B) Categoria Cultura

<b>BANCO ESPIRITO SANTO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Comunidade</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>
<b>Cultura</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>4</b>
Prémio BES photo (projecto em parceria com o Museu Colecção Berardo)	1	1	1
Prémio BES revelação (projecto em parceria com o Fundação de Serralves)	1	1	1
Parceria com a Associação Cais (atribuição de prémios de fotografia)	0	1	0
Apoio à Fundação Oriente	0	1	0
Apoio à Fundação Ricardo Espírito Santo	0	1	1
Apoio à Fundação Aljubarrota	0	1	0
Apoio AO Museu Contemporânea de Elvas	0	1	0
Espaço BESarte & Finanças	1	1	1

#### C) Categoria Desporto

<b>BANCO ESPIRITO SANTO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Comunidade</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>
<b>Desporto</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## A influência da RSE na escolha do banco

### D) Categoria Beneficência

<b>BANCO ESPIRITO SANTO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Comunidade</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>
<b>Beneficência / Solidariedade/Promoção do Voluntariado</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>5</b>
Apoio à Instituição Acreditar	0	1	1
Apoio à Associação Novo Futuro	1	1	1
Apoio à Associação Salvador	1	1	1
Apoio à Associação Portuguesa de Leucemia	1	1	0
Apoio ao programa humanitário de combate à fome no Mundo " <i>World Food Programme</i> "	0	1	0
Numa parceria com Grace, cerca de 420 horas de voluntariado foram realizadas pelos colaboradores do	0	1	0
Numa iniciativa com a Associação Novo Futuro, os colaboradores do BES realizaram cerca de 65 horas	0	1	0
Criação do Fundo de Solidariedade Africano, através do BES Angola	0	1	0
Poupança BES Júnior que foi criado para ajudar a melhorar equipamentos escolares em estabelecimento	1	0	0
Apoio à Assoc de Bens doados	0	0	1
Apoio a atletas com deficiências motoras	1	0	0
Protocolo com a Liga para a proteção da natureza - Programa Lince	0	0	1

### E) Categoria Património Artístico e Histórico

<b>BANCO ESPIRITO SANTO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Comunidade</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>
<b>Património Artístico e Histórico</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

# A influência da RSE na escolha do banco

## Anexo 5: Registo dos projetos apoiados no triénio 2008/2010 - BPI

### A) Categoria Educação

<b>BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Comunidade</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>
<b>Educação</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>23</b>
Mecenas do "The Lisbon MBA"	1	1	1
Protocolos com instituições do Ensino Superior	1	1	1
Protocolos a longo prazo com algumas Associações de Estudantes	1	1	1
Protocolo com a Marinha Portuguesa	0	1	1
Parceria com a Escola De Tecnologias Navais da Armada da Marinha Portuguesa	1	1	0
Universidade de Aveiro ( Economia e Engenharia); Universidade da Beira Interior; Universidade Católica Portuguesa;	5	5	5
Atribuição de prémios aos melhores alunos do ensino secundário nas disciplinas de Matemática, Português e História.	0	0	1
Apoios aos Cursos de Doutoramento e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Angola	1	1	1
Apoio à realização das Primeiras Jornadas Científicas da Universidade Óscar Ribas, em Angola	0	1	1
Apoio à realização do Congresso das Escolas da Diocese de Cabinda-Angola	0	1	1
Apoio à Fundação Sindika Dokolo	0	1	1
Apoio à escola Nacional de Artes Visuais, em Moçambique	1	0	0
Patrocínio de prémios aos melhores a estudantes de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane, Universidade A politécnica, ao ISCTEM - Instituto Superior de Tecnologias e Gestão de Moçambique, ao Instituto Superior de Administração Pública e à	5	5	5
Oferta de magalhães ao Ministério da Ciência e Tecnologia	0	1	0
Apoio ao IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto	1	1	1
Colaboração com o CIM - Centro Internacional de Matemática da Universidade de Coimbra	1	0	0
Apoio ao Instituto de Investigação e ensino da Faculdade de Direito de Coimbra.	0	0	1
Realização em parceria com a Optimus e a Universidade Nova de Lisboa do START-Prémio Nacional de Empreendedorismo	1	1	0
Apoio concedidos ao Prémio INSEAD de Entrepreneurship	0	1	1
Apoio concedidos à COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação	0	1	1
Apoio concedido à 1ª edição do Prémio Nacional de Industrias Criativas, organizado pela Unicer e Serralves	1	1	1
Apoio à APGEI - Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial	1	0	0

### B) Categoria Cultura

<b>BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Comunidade</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>	<b>NºProjectos</b>
<b>Cultura</b>	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>13</b>
Mecenas do Museu de Serralves	1	1	1
Mecenas do Museu de Arte Contemporânea de Elvas	1	1	1
Mecenas da Casa da Música	1	1	1
Parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, na realização do ciclo de concertos "Grandes Orquestras Mundiais"	1	1	1
Mecenas do Museu do Caramulo	0	1	1
Mecenas do Teatro Viriato em Viseu	0	1	1
Apoio ao Top Ngoma Moçambique	1	0	1
Apoio ao Festival Internacional de Música de Maputo	1	0	1
Apoio À cantora Neyma	0	0	1
Mecenas da Fundação Batalha de Aljubarrota	1	0	0
Apoio à Fundação Museu do Douro	1	1	1
Apoio à Fundação Eça de Queiroz	1	1	0
Apoio à Fundação Eugénio de Andrade	1	1	0
Apoio à Fundação Júlio de Resende	1	0	0
Apoio à Fundação Luis Miguel Nava	1	1	1
Apoio à Cooperativa Árvore	1	0	0
Apoio À Casa de Mateus	0	0	1
Mecenas do Centro Nacional de Cultura	1	1	1
Edição do livro "A razão das coisas" do pintor Júlio Pomar	1	0	0
Edição do livro "Artistas Portugueses" - Coleção de Serralves	0	1	0
Co-edição com a Fundação Calouste Gulbenkian o segundo volume do escritor Amadeo Souza-Cardoso, "Catalogue Raisonné"	1	0	0
Apoio à edição da publicação literária "Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação", de José Luis Cabaço	1	0	0
Apoio à edição da publicação literária Arquitectura de Moçambique" da MaisImagem	1	0	0
Apoio à edição do livro da artista plástica Chica Sales	1	0	0

# A influência da RSE na escolha do banco

## C) Categoria Desporto

BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO	2008	2009	2010
<b>Comunidade</b>	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
<b>Desporto</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## D) Categoria Beneficência

BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO	2008	2009	2010
<b>Comunidade</b>	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
<b>Beneficência</b>	<b>39</b>	<b>39</b>	<b>36</b>
Oferta de 4 geradores a diferentes Centros Médicos na Província de Luanda	1	0	0
Oferta de 2 viaturas à Congregação Católica do Sagrado Coração de Jesus	1	0	0
Apoio à Kimbo Lionbenbwa	1	1	0
Donativo à Comissão Organizadora da visita do Papa Bento XVI a Angola	0	1	0
Melhoria das instalações do Convento das Clarissas	0	1	0
Apoio à Casa do Gaio de Angola	1	1	1
Apoio aos Serviços Sociais da Polícia da República de Moçambique	1	0	0
Apoio à Associação Moçambicana para Promoção e Desenvolvimento da Mulher	1	0	0
Apoio à Associação Mahlahle	1	0	0
Apoio ao clube Ferroviário de Maputo	1	1	0
Apoio à Associação Rural de Ajuda Mútua	1	0	0
Apoio à Associação Nacional Nacional para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados	1	0	0
Apoio ao Rotary Club de Maputo	0	1	1
Apoio à Associação Nacional de Surdos de Moçambique	0	0	0
Apoio à direcção Nacional dos Serviços Sociais da PRM	0	0	0
Apoio ao Hospital Central de Nanpula	0	0	0
Projecto "Swatch Mundo perfeito" em parceria com o MSV-Movimento ao Serviço Vida	1	1	1
Apoio à Ajuda de Berço	1	1	1
Apoio à Operação Nariz Vermelho	1	1	1
Apoio à Associação Raríssimas	1	1	1
Apoio ao Instituto de Surdos-Mudos da Imaculada Conceição	1	1	1
Apoio Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família	1	1	1
Apoio ao Centro CADIn - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil	1	1	1
Apoio à Associação Novo Futuro - Associação de Lares para Crianças e Jovens	1	1	1
Apoio à Liga das Crianças do Hospital Maria Pia	1	0	0
Apoio à Associação <i>Children's International Summer Villages</i>	1	0	0
Apoio à Pro Dignitate - Fundação de Direitos Humanos	1	1	1
Apoio à Paróquia de São João Baptista da Foz do Douro	1	0	0
Apoio ao Centro Comunitário São Cirilo	1	0	0
Apoio à Igreja Paroquial de São Nicolau	1	1	1
Apoio à Igreja Paroquial de São Julião	0	1	1
Apoio à Rede REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza	1	0	1
Apoio à Cruz Vermelha Portuguesa	1	1	1
Apoio à Associação dos Amigos do Hospital de Santa Maria	1	1	1
Apoio à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral	1	1	1
Apoio à CEDEMA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos	1	1	1
Apoio à Associação Leigos para o Desenvolvimento	1	1	1
Apoio ao Centro Social Paroquial do Santíssimo Sacramento	1	0	0
Apoio ao Centro Paroquial e Social da Freguesia do Campo	0	1	0
Apoio à Comunidade Vida e Paz	1	0	0
Apoio à ATT - Associação de Tratamento de Toxicod dependências	1	0	0
Apoio à Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama	1	0	0
Apoio à APPDA - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	1	1	1
Apoio às Caritas	1	1	1
Apoio à Casa dos pobres em Coimbra	1	0	0
Apoio à Associação Portuguesa de Osteoporose	1	1	1
Apoio à ABRAÇO- Associação de Apoio a Pessoas com VIH / Sida	1	1	1
Apoio à Associação ENCONTRAR-SE - Associação de Apoio a Pessoas com Perturbação Mental Grave	0	1	0
Apoio à liga Portuguesa contra o Cancro	0	1	0
Prémio BPI Capacitar	0	1	1
Projecto País solidário, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian	0	1	0
Apoio à Casa das Cores	0	1	0
Apoio ao Centro de acolhimento para crianças refugiadas	0	1	0
Apoio à Associação Terra dos Sonhos	0	1	1
Apoio à Associação EPIS - Empresários pela Inclusão social	0	1	1
Apoio ao projecto "Rabo de peixe sabe nadar"	0	1	0
Apoio à Cercizimbra	0	0	1
Apoio ao Centro de Educação especial Rainha d. Leonor	0	0	1
Apoio ao Elo Social	0	0	1
Apoio à Federação dos Surdos Mudos	0	0	1
Apoio à Fundação Pauleta	0	1	1
Apoio à BUS - bens de utilidade pública	0	0	1
Apoio atribuído à AMI - Assistência Médica em Portugal	0	1	1
Apoio À Associação Portuguesa contra a leucemia	0	1	0
Apoio à ACAPO - Assoc cegos e amblíopes de Portugal	0	0	1
Apoio à APPACDM de Coimbra	0	0	1
Apoio à APPACDM de Miranda	0	0	1

## A influência da RSE na escolha do banco

---

### E) Categoria Património Artístico e Histórico

BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO	2008	2009	2010
Comunidade	NºProjectos	NºProjectos	NºProjectos
Património Artístico e Histórico	0	0	0



## A influência da RSE na escolha do banco

### Anexo 6: Fichas de controlo do envio de questionários e recebimentos de respostas

<p>➤ Banco alimentar contra a fome</p> <p>Telefone: 213649655</p> <p>Fax: 213622442</p> <p>Correio eletrónico: <a href="mailto:ba.federacao@bancoalimentar.pt">ba.federacao@bancoalimentar.pt</a></p> <p>Morada: Av. de Ceuta, Estação de Alcântara Terra, Armazém 1, 1300- 125 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p>➤ Refugio Aboim Ascensão</p> <p>Telefone: 289822039</p> <p>Fax: 289801472</p> <p>Correio eletrónico: <a href="mailto:info@refugio.pt">info@refugio.pt</a></p> <p>Morada: Rua Manuel Ascensão, nº 9, 8000-389 Faro</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p>➤ Fundação infantil Ronald McDonald</p> <p>Telefone: 214405369</p> <p>Fax: 214400569</p> <p>Correio eletrónico: <a href="mailto:fundacao.infantil@pt.med.com">fundacao.infantil@pt.med.com</a></p> <p>Morada: Rua Dr. José Joaquim de Almeida, nº 2-3º B, 2784-510 Oeiras</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p>➤ Unicef</p> <p>Telefone: 213177500</p> <p>Fax: 213547913</p> <p>Correio eletrónico: <a href="mailto:info@unicef.pt">info@unicef.pt</a></p> <p>Morada: Av. António Augusto de Aguiar, nº 21 – 3º Esq., 1069-115 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p>➤ Entreatajuda – Apoio a instituições de solidariedade social</p> <p>Telefone: 213620417</p> <p>Fax: 213622360</p> <p>Correio eletrónico: <a href="mailto:geral@entreatajuda.pt">geral@entreatajuda.pt</a></p> <p>Morada: Av. de Ceuta, Estação CP de Alcântara terra, Armazém 1, 1350-353 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p>➤ Associação doentes com Lúpus</p> <p>Telefone: 218446473</p> <p>Fax: 213146216</p> <p>Correio eletrónico: -</p> <p>Morada: Praça João do rio, nº 9, R/c Dtº, 1050-196 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p>➤ Instituição terra dos sonhos</p> <p>Telefone: 213406234</p> <p>Fax: -</p> <p>Correio eletrónico: <a href="mailto:geral@terradosonhos.org">geral@terradosonhos.org</a></p> <p>Morada: Rua Rodrigues Faria, nº 103- Edifício Normajeau, 1300-501 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p>➤ Sociedade Portuguesa de Matemática</p> <p>Telefone: 217939785</p> <p>Fax: 217952349</p> <p>Correio eletrónico: <a href="mailto:spm@spm.pt">spm@spm.pt</a></p> <p>Morada: Av. da República, nº45, 3º Esq., 1050-187 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: Miguel Abreu</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>

## A influência da RSE na escolha do banco

<p>➤ Movimento ao serviço da vida</p> <p>Telefone: 213223430</p> <p>Fax: 213223439</p> <p>Correio eletrónico: geral@msv.pt</p> <p>Morada: Rua da Assunção, nº 7-4º, 1100-042 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p>➤ Ajuda de Berço</p> <p>Telefone: 213628274</p> <p>Fax: 213628275</p> <p>Correio eletrónico: ajudadeberco@ajudadeberco.pt</p> <p>Morada: A. Ceuta, nº 51- R/c, 1300-125 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p>➤ Operação nariz vermelho</p> <p>Telefone: 213618258</p> <p>Fax: -</p> <p>Correio eletrónico: narizvermelho@sapo.pt</p> <p>Morada: Central Tejo, Avenida Brasília, 1300-598 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p>➤ Associação Raríssimas</p> <p>Telefone: 217786100</p> <p>Fax: 217786099</p> <p>Correio eletrónico: info@rarissimas.pt</p> <p>Morada: Rua das Açucenas, Lote 1, Loja Dtº, 1300-003, Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p>➤ Instituto de Surdos-mudos da Imaculada Conceição</p> <p>Telefone:</p> <p>Fax:</p> <p>Correio eletrónico:</p> <p>Morada:</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p>➤ Asso. Portuguesa para os direitos dos menores e da família</p> <p>Telefone: 218800610</p> <p>Fax: 21880106</p> <p>Correio eletrónico: -</p> <p>Morada: Rua da Costa do Castelo, nº 5- R/c , 1100-176, Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p>➤ Centro Cadin – Centro de apoio ao desenvolvimento Infantil</p> <p>Telefone: 214858240</p> <p>Fax: 214858250</p> <p>Correio eletrónico: geral@cadin.net</p> <p>Morada: Edifício Cadin – Estrada da Malveira, 2750-782, Cascais</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p>➤ Assoc. Novo Futuro</p> <p>Telefone: 214134600</p> <p>Fax: 214134609</p> <p>Correio eletrónico: associacao@novofuturo.org</p> <p>Morada: Av. Bombeiros voluntários de Algés, nº42, sobre loja, D, 1495-020, Algés</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p>➤ Assoc. Leigos para o desenvolvimento</p>	<p>➤ Cedema – Assoc. pais e amigos dos</p>

## A influência da RSE na escolha do banco

<p>Telefone: 217574278</p> <p>Fax: 217574357</p> <p>Correio eletrónico: ong.leigos@gmail.com</p> <p>Morada: Estrada da Torre, nº 26, 1769-014, Lisboa</p> <p>Nome do responsável: Filipe Pinto</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p style="text-align: center;">deficientes mentais e adultos</p> <p>Telefone: 218149314</p> <p>Fax: 218149315</p> <p>Correio eletrónico: info@cedema.org.pt</p> <p>Morada: Rua Varela Silva, Lote 8, Loja A, 1750-403, Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p style="text-align: center;">➤ Amigos do Hospital Sta Maria</p> <p>Telefone: 217805320</p> <p>Fax: 217805630</p> <p>Correio eletrónico: amigoshsm@gmail.com</p> <p>Morada: Pavilhão da Associação – Hospital Sta Maria, 1649-035, Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p style="text-align: center;">➤ Pro dignitate - Fundação dos direitos humanos</p> <p>Telefone: 213929310</p> <p>Fax: 213970279</p> <p>Correio eletrónico: prodigni@prodignitate.pt</p> <p>Morada: Praça da estrela, nº 12. 1º, 1200-667, Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p style="text-align: center;">➤ Igreja apoio paroquial de São Nicolau</p> <p>Telefone: 218879549</p> <p>Fax: 218865766</p> <p>Correio eletrónico: geral@paroquiasaonicolau.pt</p> <p>Morada: -</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p style="text-align: center;">➤ Cruz Vermelha Portuguesa</p> <p>Telefone: 213913900</p> <p>Fax: 213913993</p> <p>Correio eletrónico: sede@cruzvermelha.org.pt</p> <p>Morada: Jardim 9 de Abril, nº 195, 1249-083 Lisboa</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>
<p style="text-align: center;">➤ APO – Assoc. Portuguesa de Osteoporose</p> <p>Telefone: 226177870</p> <p>Fax: 226177870</p> <p>Correio eletrónico: -</p> <p>Morada: Rua Paraíso da Foz, nº 48, 6º Esq., Aveiro</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>	<p style="text-align: center;">➤ Abraço – Associação de apoio a pessoas com VIH/Sida</p> <p>Telefone: 217997500</p> <p>Fax: 217997509</p> <p>Correio eletrónico: geral@abraco.pt</p> <p>Morada: -</p> <p>Nome do responsável: -</p> <p>Questionário enviado: <input type="checkbox"/></p> <p>Questionário Recebido: <input type="checkbox"/></p>

## Anexo 7 – Questionário enviado às Instituições

### Questionário

**Questão 1 - A Instituição, durante o triênio 2008/2010, teve conta aberta em que Bancos?**

- ☐ Banco BPI
- ☐ Millennium bcp
- ☐ Banif - Banco de Investimentos
- ☐ BES - Banco Espírito Santo
- ☐ Banco Popular
- ☐ Caixa Geral de Depósitos
- ☐ Outros

**Questão 2 - A Instituição, no triênio 2008/2010, recebeu algum patrocínio ou donativo de algum Banco?**

**Questão 2.1**

- ☐ Não ( Se respondeu não, o preenchimento deste questionário termina aqui)

**Questão 2.2**

- ☐ Sim. Quais?
- ☐ Banco BPI
- ☐ Millennium bcp
- ☐ Banif - Banco de Investimentos
- ☐ Banco Espírito Santo
- ☐ Banco Popular
- ☐ Caixa Geral de Depósitos
- ☐ Outra:

**Questão 3 - Algum dos Bancos assinalados na questão anterior, foi ou é o Banco principal com que a Instituição trabalhou no triênio acima referido?**

- ☐ Sim
- ☐ Não

**Questão 4 - A escolha dos Bancos com que a Instituição trabalhou, entre 2008 e 2010, esteve relacionada com algum patrocínio ou donativo que recebeu dos Bancos referidos na Questão 2.2?**

- ☐ Sim
- ☐ Não

**Questão 5 - A Instituição está disposta a mudar de Banco, ou a abrir conta em um outro, motivado pela atribuição de algum patrocínio ou donativo que possa vir a receber?**

- ☐ Sim
- ☐ Não

**Questão 6 - Numa escala de 1 a 5, valorize TODOS os seguintes critérios no momento de abertura e/ou mudança de Banco. Sendo que 1 é o critério com menos importância e o 5 o critério com mais importância.**

	1	2	3	4	5
Proximidade geográfica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Políticas de Responsabilidade Social do Banco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Políticas de Investimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Patrocínio ou donativo que a Instituição possa vir a receber	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Confiança na estabilidade e solidez do Banco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Enviar**

### Anexo 8 – Carta de acompanhamento do Questionário

Exmo. Senhor Presidente de Direção,

Sou Ana Lúcia Amaral, aluna de Mestrado de Contabilidade e Finanças, do Instituto Politécnico de Setúbal. A tese com a qual devo concluir este grau académico debruça-se sobre Políticas de Responsabilidade Social das Instituições Financeiras, em Portugal.

Neste contexto, solicito a colaboração de V.Exa. no preenchimento do questionário em anexo. Este questionário vai permitir-me determinar algumas condicionantes de atuação de diversas entidades no que respeita à escolha de uma Instituição Financeira como parceira de atividade.

Todas as suas respostas devem reportar-se ao triénio 2008/2010, sendo que a sua opinião é crucial para a boa conclusão, bem como para a obtenção de resultados fiáveis e significativos em termos de conclusões a alcançar.

A informação obtida será sujeita a análise estatística e apenas utilizada para os fins académicos que referi, garantindo desde já, o total anonimato bem como a confidencialidade das respostas dadas.

A sua participação é fundamental para a conclusão da minha tese, sendo que agradeço desde já a sua disponibilidade.

De igual modo, encontro-me à disposição de V.Exa. para todas as explicações que possam ser consideradas necessárias, comprometendo-me a transmitir a essa Instituição os resultados estatísticos apurados para o presente trabalho.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Lúcia Amaral

Nota: Para proceder ao preenchimento do questionário, apenas precisa de clicar no site que se encontra mencionado de seguida.

Se tiver dificuldades em visualizar ou submeter o formulário, pode preenchê-lo on-line

<https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dHhqV0QtSnpGd0g4dUlzVHBibkpiZ2c6MQ>

## A influência da RSE na escolha do banco

Anexo 9 – Tabela de recolha de dados referente à questão 1 do questionário

Questão 1	Banco BPI	Millennium BCP	Banif	BES	B.Popular	CGD	Outros
1	1	0	0	0	0	1	1
2	1	0	0	1	0	1	0
3	1	1	0	1	0	1	0
4	1	1	0	0	0	1	0
5	0	1	0	1	0	1	1
6	1	1	0	0	0	0	0
7	1	0	0	1	0	1	0
8	1	1	1	0	0	1	1
9	0	1	0	1	0	1	0
10	1	0	0	1	0	1	0
11	1	0	1	1	0	1	0
12	1	1	0	0	0	0	1
Total	10	7	2	7	0	10	4
	25,00%	17,50%	5,00%	17,50%	0,00%	25,00%	10,00%

## A influência da RSE na escolha do banco

Anexo 10 – Tabela e gráfico de recolha de dados referente à questão 2 do questionário

	não	sim-BPI	Sim-CGD	Sim-millennium	Sim- banif	Sim-BES	Sim-B.popular	Sim- outros	Total
1	0	1	1	1	0	0	0	0	3
2	0	1	0	0	1	1	0	0	3
3	0	1	1	1	0	1	0	0	4
4	0	1	1	1	0	0	0	0	3
5	0	0	1	1	0	1	0	0	3
6	0	1	0	0	0	0	0	0	1
7	0	0	1	0	0	0	0	0	1
8	0	0	0	1	1	0	0	1	3
9	0	0	1	0	0	0	0	0	1
10	0	1	0	0	0	1	0	0	2
11	0	0	1	0	0	0	0	0	1
12	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>26</b>
	0,00%	26,92%	26,92%	19,23%	7,69%	15,38%	0,00%	3,85%	100,00%

## A influência da RSE na escolha do banco

---

Anexo 11 – Tabela e gráfico de recolha de dados referente à questão 3 do questionário

Questão 3	Sim	Não
1	1	0
2	1	0
3	1	0
4	1	0
5	1	0
6	0	1
7	1	0
8	1	0
9	1	0
10	1	0
11	0	1
12	0	1
Total	9	3
	75,00%	25,00%



## A influência da RSE na escolha do banco

---

Anexo 12 – Tabela e gráfico de recolha de dados referente à questão 4 do questionário

Questão 4	Sim	Não
1	0	1
2	1	0
3	1	0
4	0	1
5	1	0
6	1	0
7	0	1
8	0	1
9	1	0
10	1	0
11	0	1
12	1	0
Total	7	5
	58,33%	41,67%

## A influência da RSE na escolha do banco

---

Anexo 13 – Tabela e gráfico de recolha de dados referente à questão 5 do questionário

Questão 5	Sim	Não
1	1	0
2	1	0
3	0	1
4	0	1
5	0	1
6	1	0
7	1	0
8	1	0
9	1	0
10	0	1
11	1	0
12	0	1
Total	7	5
	58,33%	41,67%

## A influência da RSE na escolha do banco

### Anexo 14 – Tabelas de recolha de dados referente à questão 6 do questionário

Tabela de recolha de respostas

	1	2	3	4	5	N/respondeu	Total
Proximidade geográfica	0	0		9	3	0	12
Políticas de RS do banco	0	0	0	4	8	0	12
Políticas de investimento	1	2	1	6	2	0	12
Patrocínios ou donativos que a instituição possa vir a receber	0	0	3	8	1	0	12
Confiança na estabilidade e solidez d banco	0	0		2	10	0	12
Outros	3	0	3	1	1	4	12

Tabela de recolha de respostas apresentada em percentagens

	1	2	3	4	5	N/respondeu	Total
Proximidade geográfica				75,00%	25,00%		100,00%
Políticas de RS do banco				33,33%	66,67%		100,00%
Políticas de investimento	8,33%	16,67%	8,33%	50,00%	16,67%		100,00%
Patrocínios ou donativos que a instituição possa vir a receber			25,00%	66,67%	8,33%		100,00%
Confiança na estabilidade e solidez d banco				16,67%	83,33%		100,00%
Outros	25,00%		25,00%	8,33%	8,33%	33,33%	100,00%